

5.

A relação educação/trabalho nas unidades de Economia Solidária

É importante partir do pressuposto de que as práticas de economia solidária se constituem intrinsecamente de processos educativos informais nos termos de Mészáros (2005). E que a abordagem adotada nesta tese sobre economia solidária se insere no campo de debate que supõe como foco a relação entre educação e trabalho. Assim, o que se construiu até aqui pauta-se na análise das práticas produtivas de economia solidária e os processos educativos que as conformam no atual contexto da reestruturação produtiva.

Um aspecto importante a destacar neste estudo é que à medida que abordamos a dinâmica dos processos de trabalho nas unidades produtivas do estado do Espírito Santo, nos deparamos com o problema da inviabilidade econômica em muitas delas, embora, mesmo assim, seus integrantes persistam em suas atividades produtivas¹.

Embora a viabilidade econômica seja objetivo central nas unidades de economia solidária, nossa hipótese central está fundamentada na perspectiva de que o que vem sustentando essas práticas não é a sua rentabilidade econômica, mas os laços que os grupos estabelecem no campo dos valores extra-econômicos. Ou seja, aspectos que incidem na mudança de valores, comportamentos e atitudes. Um dos mais importantes, dentre tais aspectos, é a dimensão educativa que se constrói a partir da inserção dos sujeitos sociais nas unidades de economia solidária.

Contudo, sem negligenciar o aspecto econômico que resulta da necessidade de criação de estratégia de sobrevivência dos subalternos diante da reestruturação produtiva, assim como também a análise que considera a inserção dessas práticas no mercado, este capítulo toma a fala dos trabalhadores a partir das experiências vivenciadas nesses processos de trabalho como meio de identificação de outras dimensões constitutivas dessas práticas. E tem como objetivo avançar na discussão de nossa hipótese central, que se relaciona com as potencialidades dos processos educativos nas práticas produtivas de economia solidária, como processos embrionários de constituição de uma nova sociabilidade.

¹ Embora a economia solidária ressurgir no atual contexto das transformações societárias como estratégia das classes subalternas ao desemprego, no capítulo anterior, vimos que a viabilidade econômica não tem sustentado essas unidades produtivas inscritas na realidade brasileira. Constatamos na pesquisa de campo que, particularmente, no estado do Espírito Santo, das 281 unidades mapeadas, pela SENAES/MTE, 183 delas obtêm remuneração média mensal de até meio salário mínimo per capita. Isto corresponde a 75,12% do total de unidades produtivas de economia solidária existentes no estado.

Reveladas as ambigüidades das unidades de economia solidária na realidade brasileira e no estado do Espírito Santo, a pesquisa qualitativa junto às 10 (dez) unidades pesquisadas evidencia que, diante das determinações econômicas de existência dessas práticas, conforma-se uma dimensão sócio-cultural importante de ser considerada. Particularmente, essa dimensão expressa a relevância do caráter educativo de que se revestem essas práticas.

Problematizar as potencialidades educativas dessas experiências leva-nos à consideração da cultura popular, que atravessa os processos de trabalho desenvolvidos no cotidiano das práticas de economia solidária. Neste sentido, instiga-nos a compreender a especificidade das relações construídas pelos trabalhadores na gestão coletiva do trabalho, no atual contexto das forças produtivas.

5.1. Situando o campo de pesquisa

Para compreendermos a dinâmica dos processos de trabalho² em unidades produtivas de economia solidária e suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade, buscamos em Thompson (1981) uma das principais referências teórico-metodológicas para nossas reflexões. Nesta análise, compartilhamos com o autor a idéia de que a experiência humana é tomada a partir das experiências dos sujeitos, *“não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura”* (ibidem, 182). Nessa perspectiva, compreendemos os trabalhadores das unidades de economia solidária como sujeitos que vivenciam, num determinado contexto histórico, experiências comuns e delas trazem elementos importantes a serem considerados. Neste sentido, a análise, mesmo tecendo considerações gerais sobre a realidade da economia solidária no país,

² Por processo de trabalho entendemos, conforme o pensamento de Marx, a atividade dirigida com o fim de criar valores de uso (trabalho abstrato), mas que também envolve valores de troca (trabalho concreto) na medida em que se insere nas relações sociais determinadas pela sociedade capitalista. Portanto, o processo de trabalho envolve elementos simples (objeto, meios e resultados) e elementos complexos, marcados pelas relações sociais capitalistas. Contudo, visto que a problematização desta categoria não está nos objetivos deste estudo, para aprofundá-la ver Marx, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: O Capital: crítica da economia política: livro I. 17ª edição. – RJ: Civilização Brasileira, 1999.

busca perceber as nuances da experiência dos trabalhadores pesquisados em 10 unidades de economia solidária situadas no estado do Espírito Santo.

Ao se considerar a questão da economia solidária e os processos educativos na construção de uma nova sociabilidade, não resta dúvida de que as transformações no modo de produção capitalista, com o novo padrão de acumulação flexível, vêm determinando a ressignificação das práticas de economia solidária no contexto brasileiro.

Nessa reflexão compreendemos as práticas de economia solidária sob o ponto de vista da determinação estrutural, mas também sob a forma como os sujeitos inseridos nelas apreendem essas experiências. Pois a determinação estrutural articulada às maneiras pelas quais os sujeitos vivenciam as experiências cotidianas torna-se fundamental para a compreensão da realidade. Assim, a leitura de Thompson (1981) nos leva ao entendimento da experiência humana sob a perspectiva dos sujeitos que vivenciam o processo histórico. Neste sentido, essa análise desafia a previsão e foge a qualquer definição estreita da determinação da estrutura, haja vista que os sujeitos se conformam, mas também resistem à estrutura social, política, econômica e cultural.

Para Thompson, através do termo experiência, a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história (ibidem, 188). Portanto, nesta pesquisa buscamos considerar o significado da economia solidária, também do ponto de vista dos sujeitos que experimentam suas práticas cotidianas, numa equação que envolve a experiência humana e a determinação da estrutura. É nesta direção que as contribuições de Thompson (1981) nos impelem, na análise dos processos de trabalho que conformam as práticas de economia solidária no estado do Espírito Santo, para compreendermos as determinações históricas e a forma como os sujeitos experimentam a inserção nessas práticas³.

Na definição das unidades de economia solidária que participaram de nossa pesquisa de campo selecionamos uma amostra de 12 (doze) grupos. Entretanto, diante das dificuldades de agendamento com os representantes de 02 (dois) deles, fechamos as entrevistas junto a 10 (dez) grupos. Esses grupos respaldam a análise qualitativa sobre as potencialidades da direção político-econômica dos processos de trabalho desenvolvidos

³ Para Thompson, "as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas" (1981: 189).

nas unidades produtivas sob sua responsabilidade. Os critérios utilizados para a escolha dessas 12 unidades foram dois: 1) a seleção daqueles grupos constituídos no mínimo há 2 anos, o que implica a existência de uma permanência e trajetória mínima dos trabalhadores no campo da economia solidária; 2) inclusão dos grupos que tivessem participação ativa nas plenárias do Fórum de Economia Popular Solidária do Estado do Espírito Santo/FEPS, visto que se trata de um espaço privilegiado de articulação dos que se organizam em torno da economia solidária no Estado. Assim, das 5 reuniões realizadas em 2006, escolhemos os grupos que participaram no mínimo de 3 dessas reuniões. Estes critérios possibilitaram-nos a escolha de 12⁴ unidades produtivas de economia solidária, num total de 281 unidades mapeadas no Estado do Espírito Santo, até maio de 2007.

Em relação à seleção das entidades de apoio à economia solidária, adotamos como principal critério o da participação em três frentes de trabalho desenvolvidas no estado do Espírito Santo desde 2003: a participação da entidade no FEPS, principal articulador político da economia solidária no estado; a organização da I, II e III Feiras Estaduais de Economia Solidária do Espírito Santo e a participação na organização do Mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários no estado, organizado pela SENAES/MTE. Esse procedimento foi definido a partir de nossa inserção, desde 2003, no FEPS, visando a identificar aquelas entidades mais presentes no movimento da economia solidária. Como já nos referimos anteriormente, das 21 entidades mapeadas até dezembro de 2005, selecionamos as seguintes: Cáritas Arquidiocesana de Vitória; Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/CDDH; Associação de Educação Católica do Espírito Santo/AEC e Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo/DRT.

Hoje, o papel desempenhado por essas quatro entidades de apoio se inscreve predominantemente nas atividades voltadas para a busca da mobilização política de grupos que se constituem no campo da economia solidária, articulado ao processo de formação/capacitação desses grupos. Entretanto, na pesquisa de campo o destaque é dado à relação que os grupos estabelecem com o CDDH e a Cáritas, entidades que se sobressaem no campo da articulação política dos grupos de economia solidária. O CDDH, espaço que cedia o FEPS, e a Cáritas Arquidiocesana de Vitória são as duas entidades que articularam a criação do FEPS em 2001. E, antes mesmo da criação deste espaço, o CDDH e a Cáritas já vinham desenvolvendo atividades de assessoria a esses grupos. Por

⁴ A definição desses critérios objetivou uma aproximação dos grupos com maior trajetória no campo da economia solidária. Entretanto esse quantitativo expressa como o movimento da economia solidária é recente, assim como ainda é frágil do ponto de vista de sua articulação política.

isso são as duas entidades mais representativas na articulação política dos grupos no Estado.

Conforme pesquisa de campo, o papel dessas entidades na formação e mobilização política das práticas de economia solidária envolve ações tais como: fomento dos princípios da economia solidária no trabalho coletivo através de seminários; assessoria aos grupos através de profissionais qualificados; reuniões entre diferentes grupos de economia solidária para troca de experiências e formação no uso das tecnologias no processo de produção.

No roteiro de entrevista anexo (ANEXO I) buscamos levantar informações sobre as principais características dessas entidades de apoio à economia solidária no estado e analisar o papel que elas vêm desempenhando junto aos grupos de economia solidária no Espírito Santo. Na análise dos dados privilegiamos o papel das entidades de apoio no processo de formação/capacitação dos grupos; a relação de dependência ou não, entre entidades e grupos, e as principais dificuldades que essas entidades vêm enfrentando para o fomento à economia solidária no estado.

Na análise do processo de trabalho nas unidades de economia solidária (ANEXO II), buscamos ver o que os trabalhadores apontam em termos de: diferenças vivenciadas numa unidade de economia solidária e numa empresa capitalista; o que a forma de trabalho desenvolvida através das cooperativas tem trazido de inovação à vida dos trabalhadores; e quais as principais transformações nas relações sociais de trabalho vivenciadas nessas práticas. Em segundo lugar, na perspectiva dos sujeitos pesquisados, procuramos detectar as formas de gestão construídas nas unidades de economia solidária, buscando apreender os mecanismos de gestão coletiva, a dependência ou não do controle gerencial arraigado pela histórica relação patrão/empregado e a formação/capacitação de seus quadros em relação às questões que envolvem a economia solidária. Por último, buscamos apreender a concepção que os trabalhadores têm do trabalho a partir da inserção nas unidades da economia solidária. Para preservar a não-identificação das unidades produtivas de economia solidária selecionadas no estado do Espírito Santo, as mesmas serão aqui identificadas como grupos numerados de 1 a 10.

Grupo 1. Unidade produtiva voltada para a confecção de peças íntimas. Trata-se de um grupo informal, criado em 2004. O motivo primeiro que justificou sua criação foi se constituir em uma alternativa ao desemprego. A origem dos recursos para iniciar as atividades do grupo foi através de doação de uma entidade governamental. E,

posteriormente, a vinculação desse grupo com duas entidades, uma de natureza governamental e outra não governamental, voltou-se para o apoio à formação sócio-política e à qualificação profissional.

Grupo 2. Unidade produtiva voltada para o comércio da pesca. Trata-se de uma cooperativa, criada em 2002, e cujo o motivo primeiro que justificou sua criação foi desenvolver uma alternativa ao desemprego. A origem dos recursos para iniciar as atividades foi de doação de uma ONG. O grupo obteve o apoio desta mesma ONG, que contribuiu para a formação sócio-política, qualificação profissional, planejamento e análise de viabilidade econômica da unidade.

Grupo 3. Unidade produtiva voltada para a confecção de bolsas e acessórios. Trata-se de uma cooperativa de mulheres, criada em 2000. A motivação primeira para criação da unidade voltou-se para a possibilidade de uma fonte complementar de renda para as associadas. Iniciaram-se as atividades com recursos das próprias associadas. Posteriormente, este grupo obteve o apoio de um Órgão governamental, para atividades de qualificação profissional, formação sócio-política e assessoria na constituição e formalização do registro de cooperativa.

Grupo 4. Unidade produtiva voltada para a fabricação de produtos de limpeza. Trata-se de uma associação, criada em 2004. A motivação primeira para sua criação foi constituir-se em uma alternativa ao desemprego. As atividades iniciaram-se com as sobras de material utilizado por outra unidade produtiva que faz parte da comunidade local. A vinculação desse grupo com uma ONG voltou-se para o apoio à qualificação profissional, assistência jurídica, assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços.

Grupo 5. Unidade produtiva voltada para a fabricação de produtos alimentícios. Trata-se de uma associação, criada em 2003. O que motivou primeiramente a criação desta unidade foi desenvolver uma atividade alternativa ao desemprego. Os recursos para o grupo iniciar as atividades foram provenientes de empréstimo através de pessoa física. Neste grupo, a unidade obteve apoio de duas entidades, um órgão governamental e uma ONG. Esse apoio voltou-se para qualificação profissional, assistência técnica e assessoria na constituição e formalização de registro de cooperativa.

Grupo 6. Unidade produtiva voltada para a fabricação de roupas e acessórios. Trata-se de uma associação, criada em 2003. O motivo central para criação do grupo voltou-se

para a necessidade de uma alternativa ao desemprego. Os recursos para iniciar o grupo vieram de doação de uma ONG e da própria comunidade. Nesta unidade, duas entidades apoiaram a formação do grupo, um Órgão governamental e o SESI. Este apoio das entidades voltou-se para a qualificação profissional, a formação sócio-política e a assistência técnica.

Grupo 7. Unidade produtiva voltada para a produção de atividades artísticas na área do teatro e da música. Trata-se de um grupo informal, criado em 1999. A motivação para criação do grupo voltou-se para o resgate da cultura afro. A origem dos recursos para iniciar as atividades veio do próprio grupo. A vinculação desse grupo com uma ONG voltou-se para a qualificação profissional e assessoria em marketing e para a comercialização de produtos e serviços.

Grupo 8. Unidade produtiva voltada para a produção de atividades artísticas na área do teatro e artesanato. Trata-se de um grupo informal, criado em 2004. A motivação para criação do grupo voltou-se para a necessidade de capacitação profissional por meio da articulação do próprio grupo. O grupo iniciou suas atividades com recursos de doação de uma ONG. E obteve apoio dessa mesma ONG para iniciar suas atividades, no campo da formação sócio-política do grupo.

Grupo 9. Unidade produtiva voltada para formação e qualificação de projetos na área social. Trata-se de uma cooperativa, criada em 1999, onde a motivação primeira para a criação do grupo voltou-se para a necessidade de desenvolver uma atividade onde todos sejam sócios. A origem dos recursos para iniciar as atividades veio do próprio grupo. Esta unidade não teve apoio de nenhuma entidade. Trata-se de uma unidade que tem um diferencial em relação às outras unidades de economia solidária, pois todos os integrantes do grupo têm nível superior e trabalham em outras atividades formais. Conforme depoimento do representante dessa unidade produtiva, a preocupação do trabalho desenvolvido nesse empreendimento volta-se para a assessoria de grupos de economia solidária, no sentido de contribuir para a gestão dos empreendimentos populares nessa perspectiva da autogestão. Dentre tais atividades *“busca-se desenvolver um processo de formação dos grupos, como organizar e administrar coletivamente, como captar recursos e análise de viabilidade de mercado. Buscamos também fazer a incubação dos grupos, mas com uma permanente assessoria” (Relato do entrevistado)*. Por voltar-se para o desenvolvimento de trabalhos com os grupos de economia solidária, que tem grande dificuldade financeira, esta unidade produtiva estabelece um acordo para receber o pagamento do trabalho desenvolvido. Conforme depoimento do entrevistado, *“quando o*

grupo que solicitou nosso trabalho já estiver em condições de sustentabilidade, recebemos o pagamento”. (Pesquisa de campo realizada em novembro/2007).

Grupo 10. Unidade produtiva voltada para confecção de peças de vestuário. Trata-se de uma cooperativa, criada em 2000. O que motivou de imediato à criação do grupo foi desenvolver uma alternativa ao desemprego. O grupo iniciou as atividades com recursos de doação de uma ONG. Porém não obteve apoio de nenhuma outra entidade.

De maneira geral constatamos que, apesar das unidades de economia solidária pesquisadas apresentarem diferentes níveis de organização econômica, social e política, todas se encontram em processo de consolidação. Isto se explica, pois, conforme pesquisa de campo, tanto do ponto de vista econômico⁵, quanto do ponto de vista político-organizativo tratam-se de práticas que desenvolvem atividades produtivas, mas ainda lutam com dificuldades para se manter. Dentre outras dificuldades constatamos: dificuldades de acesso a financiamento, de formação dos seus quadros, de produção e comercialização dos seus produtos e de articulação política entre os grupos.

Outro aspecto importante constatado na pesquisa é que, para a maioria dos grupos entrevistados, a participação política nos fóruns de articulação do movimento de economia solidária ainda é muito embrionária. Nas várias plenárias do FEPS de que participamos⁶ observamos a presença constante dos mesmos integrantes de algumas unidades produtivas, e ao mesmo tempo uma rotatividade na participação de integrantes de outras unidades de economia solidária. Nota-se que esta rotatividade pode ser explicada tanto pela inserção dos trabalhadores em outras atividades econômicas, que de imediato trazem renda, quanto pela própria falta de trajetória participacionista desses segmentos.

No que se refere às atividades desenvolvidas pelo conjunto das unidades produtivas pesquisadas, constatamos que a maioria volta-se, principalmente, para a produção e comercialização de produtos de primeira necessidade, como vestuário, limpeza e alimentação, o que corresponde a 7 (sete), das 10 (dez) unidades pesquisadas. A predominância dessas atividades se justifica principalmente porque são atividades ligadas ao cotidiano da vida dos segmentos das classes subalternas, principais sujeitos que participam das práticas de economia solidária no estado. Assim como também se caracterizam por atividades que não exigem um nível mais elaborado de conhecimento,

⁵ Das dez unidades produtivas de economia solidária entrevistadas no Espírito Santo, somente um grupo declarou que a unidade gera renda suficiente para os seus associados.

⁶ Na qualidade de pesquisadora, participamos de várias plenárias do FEPS durante os anos de 2003 a 2006.

visto que o perfil dos segmentos que fazem parte dessas atividades no estado sugere ser das classes subalternas – historicamente destituídos do acesso à educação formal em níveis médio e superior.

Para o desenvolvimento das atividades produtivas constatamos que todas as unidades, hoje, estabelecem um tipo de relação com as entidades de apoio. Seja para a organização do grupo e auxílio na organização da produção, como é definido o apoio da Cáritas⁷ e da Associação de Educação Católica/AEC, seja para articulação e formação política, como é caracterizado o apoio do CDDH.

Outro aspecto importante que nos chama atenção é que, apesar de no estado do Espírito Santo se identificar um número elevado de unidades de economia solidária na área rural, em nossa pesquisa todas as unidades selecionadas se situam na área urbana. Conforme já mencionamos, constatamos que os grupos na área rural se unem primordialmente para a compra e uso de equipamentos, como maquinário e ferramentas, para a utilização de forma coletiva. Por se tratarem de pequenos produtores rurais, as dificuldades de empréstimo são muitas. Assim, a união em associações e cooperativas foi a solução encontrada para esses trabalhadores enfrentarem tais dificuldades. Isto nos levou a constatar, através da pesquisa de campo que, na realização do mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários, realizado pela SENAES/MTE no Espírito Santo, muitas dessas unidades situadas na área rural não tinham a menor articulação com o movimento da economia solidária.

A partir dessa síntese sobre as atividades desenvolvidas pelo conjunto das unidades pesquisadas e o tipo de relação que estas estabelecem com as entidades de apoio, cabe ressaltar que neste estudo a reflexão sobre as potencialidades de caráter educativo nas práticas de economia está relacionada à necessidade de se repensar a relação educação/trabalho, numa concepção que ultrapassa a lógica do capital, mas que não desconsidera sua contradição fundamental – a relação capital/trabalho. Dessa forma, embora examinemos as determinações do atual contexto da globalização neoliberal, trata-se de uma análise que, a partir da concepção ampliada da relação educação/trabalho, busca desvendar as potencialidades da economia solidária, como um dos espaços na constituição de uma nova cultura política.

⁷ Apesar de na Cáritas Arquidiocesana de Vitória constataremos a existência de uma frente de trabalho desenvolvida pelo Serviço Social na área de economia solidária, a entidade, por falta de recursos e técnicos qualificados, vem desenvolvendo a atividade de assessoria somente a um grupo de economia solidária, situado no município da Serra. Um dos municípios mais pobres e violentos do Espírito Santo.

Apesar das unidades de economia solidária selecionadas apresentarem diferentes fatores de ordem econômica, política, social e cultural, buscamos apreender os processos de trabalho desenvolvidos sob a perspectiva dos sujeitos entrevistados, procurando conhecer as relações contraditórias que se gestam no interior dessas práticas. Portanto, num campo sabidamente marcado por conflitos e contradições, formas de resistência e, ao mesmo tempo, de conformismo diante da sociabilidade do capital, é da maior importância a apreensão das concepções que os sujeitos envolvidos constroem em relação à sua atividade material produtiva. Pois, como destaca Thompson,

“Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas regras, expectativas, etc, necessárias e apreendidas (e ‘apreendidas’ no sentimento) no ‘habitus’ de viver; e apreendidas, em primeiro lugar na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria” (1981: 194).

Para compreendermos a visão que os sujeitos entrevistados elaboram sobre suas práticas produtivas, os capítulos anteriores são fundamentais, pois permitem apontar as ambigüidades que conformam a economia solidária no contexto das novas configurações do capital. Isto subsidiou a análise sobre as potencialidades do caráter educativo, que se desenvolvem a partir da articulação ou não desses grupos com outros movimentos sociais.

No cenário de hegemonia da globalização neoliberal, associada ao novo padrão de acumulação flexível no enfrentamento da crise do sistema capitalista, o trabalho aparece cada vez mais subsumido à lógica do capital. Entretanto, é neste contexto que, de forma embrionária, aparece a organização de grupos e movimentos populares das classes subalternas que buscam, de alguma maneira, “resistir” à crise, criando novas estratégias de sobrevivência no mundo do trabalho, através da perspectiva da cooperação, autogestão, solidariedade, que podem ser incluídas como paradigmáticas às práticas no campo da economia solidária.

Assim, mesmo admitindo que a lógica da globalização neoliberal baseada na competitividade, no individualismo, na precarização e desregulamentação das relações sociais de trabalho afeta de forma cada vez mais precária a materialidade e subjetividade das classes subalternas, é necessário considerar que também se forjam espaços embrionários de resistência a essa lógica.

Contudo, vale ressaltar que a configuração das unidades de economia solidária pesquisadas na realidade do Espírito Santo resulta dessas transformações societárias engendradas pelo capital a partir dos anos 1990, onde se situa, particularmente, a crise do desemprego. O período em que as unidades pesquisadas iniciaram suas atividades no campo da economia solidária expressa esse contexto de crise dos anos 1990. A descrição dos grupos entrevistados nos mostra que todas as unidades de economia solidária pesquisadas foram criadas a partir de 1999.

Como já informamos, a maioria dessas unidades, no estado do Espírito Santo, surge em função de questões relativas à complementação da renda, assim como uma alternativa ao desemprego. Das 10 (dez) unidades produtivas entrevistadas 07 (setes) delas foram criadas por esses motivos: 6 (seis) em função do desemprego e 1 (uma) para complementar renda. Trata-se, em sua imediatez, de uma estratégia de sobrevivência e não de adesão aos princípios e valores que norteiam as práticas de economia solidária. Os dois depoimentos abaixo expressam que muitos associados nem sequer tinham ouvido falar em economia solidária.

“A maioria vai lá por falta de opção, por falta de trabalho. Porque não arruma emprego, não tem grandes estudos, então acha que a cooperativa é como se diz... um refúgio. Não vai porque é cooperativa, é um projeto, que é um novo caminho, uma nova proposta, entendeu? Não tem essa consciência...” (Entrevistado representando o Grupo 10 – Cooperativa para confecção de peças de vestuário).

“Quando a gente começou não tinha noção nem de uma empresa comum. A gente percebeu que a maioria tinha uma situação de desempregada, sem ter condição nenhuma de tá desenvolvendo qualquer coisa pra nossa vida...” (Entrevistado do Grupo 06 – Associação para fabricação de roupas e acessórios).

Essas falas de imediato expressam a carência de informações, por parte dos trabalhadores dos grupos, do que seja a economia solidária. Mas principalmente nos mostram que, com o aprofundamento do desemprego diante da ofensiva neoliberal, o que tem mobilizado esses segmentos a se inserir nas cooperativas é a necessidade de renda. E não, como já sinalizamos, a adesão aos princípios da economia solidária.

Ao mesmo tempo, nas contradições inerentes ao sistema capitalista, a pesquisa de campo revela que o conhecimento um pouco mais elaborado no campo da economia solidária vai sendo adquirido a partir da vivência desses segmentos nas unidades produtivas, e a partir daí se inicia a construção de novas relações de trabalho, ainda que tensionadas pelas relações capital/trabalho.

Na construção de novos espaços que sugerem práticas mais democráticas, compartilhamos com Paoli e Telles a idéia de que *“vêm sendo construídas novas formas de sociabilidade política, que abrem um jogo de reconhecimento e permitem um novo tipo de regulação capaz de garantir e criar novos direitos”* (2002: 113). Os Conselhos de Direitos, os Fóruns, são exemplos desses espaços de construção democrática no campo dos direitos, em que acontecem experiências que acenam para a constituição de uma sociabilidade democrática, e fazem ressurgir práticas no campo da economia solidária que, mesmo marcadas pela lógica do capital, buscam produzir elementos voltados para a constituição de uma nova sociabilidade.

Na perspectiva de construção de uma consciência mais crítica dos sujeitos, e apontando para a possibilidade de acreditar em *“um novo caminho, uma nova proposta”*, como sinalizou um dos entrevistados (representante do grupo 02), não se pode desconsiderar que, embora determinadas pela lógica do capital, a economia solidária, nessas unidades pesquisadas do estado do Espírito Santo, também se inscreve na luta pela construção de um projeto participatório e democrático. Aqui vale ressaltar que, embora marcadas por um processo embrionário e ainda inconsistente politicamente, as plenárias do FEPS expressam esse desejo dos associados das unidades produtivas. (pesquisa-participante nas plenárias do FEPS – período 2003 a 2007).

Pensando nesses limites diante da ofensiva neoliberal e nas possibilidades de construção de novas práticas sociais, buscamos compreender os processos educativos nas práticas de economia solidária, também sob o ponto de vista dos associados.

5.2.

A concepção de trabalho: da lógica capitalista e da lógica da Economia Solidária

Primeiramente, cabe ressaltar que, para a maioria dos trabalhadores entrevistados dos grupos de economia solidária, ao diferenciar os processos de trabalho que se desenvolvem nas práticas de economia solidária daqueles que se desenvolvem na economia capitalista, recorre à experiência prática que tem no cotidiano de trabalho e não a algum tipo de conhecimento teórico fundamentado e previamente interiorizado. Neste

sentido, o conhecimento dos entrevistados⁸, expresso nas suas falas, tem por base, fundamentalmente, suas experiências concretas vivenciadas nas unidades produtivas de economia solidária.

A questão do conhecimento específico e mais sistematizado sobre cooperativismo é uma questão complexa no universo dessas práticas. Especialmente pela imediatez da inserção dos segmentos das classes subalternas nessas práticas como estratégia de sobrevivência. Assim como também pela histórica exclusão social da educação formal a que esses segmentos são submetidos.

As falas dos entrevistados abaixo expressam as ambigüidades vivenciadas pelos trabalhadores nos processos de trabalho nas unidades de economia solidária, o que, conseqüentemente, resulta na forma como concebem o que é a economia capitalista, e como vivenciam essas diferenças no seu cotidiano.

*“a diferença é que **nós dirigimos aquilo** que a gente faz. Ao mesmo tempo que essa é a grande diferença, ao mesmo tempo ela acaba sendo o nosso calcanhar de Aquiles né? Porque as pessoas precisam ser **educadas pra poder dirigir** aquilo que ela pode fazer. É um exercício constante...”* (Entrevistado do Grupo 09 – Cooperativa voltada para formação e qualificação de projetos sociais).

*“Uma das principais diferenças é a **relação que nós decidimos como a gente vai trabalhar**, também tem a relação que nós somos, assim, donos do nosso próprio empreendimento, não há um patrão...”* (Entrevistado do Grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas: teatro e artesanato).

*“A **maior diferença é realmente que você não tem um patrão**, você simplesmente não tem um patrão. Você quando tem um patrão, você chega lá, faz o seu serviço e vem embora. Não tem aquela responsabilidade, aquela preocupação de pagar a conta, de garantir o seu salário no final do mês, que é o caso da cooperativa né? Você trabalha ali, faz seu trabalho e se preocupa com esse lado, com as despesas e **obviamente se preocupa em ter lucro pra ter uma vida melhor, né?**”* (Entrevistado do Grupo 10 – Cooperativa para confecção de peças de vestuário).

Um dos indicativos constatados nessa percepção dos trabalhadores do que diferencia a lógica da economia solidária da lógica capitalista refere-se particularmente à direção dada aos processos de trabalho. Há momentos em que os trabalhadores se identificam como os sujeitos que direcionam coletivamente a condução dos processos de trabalho e não um patrão que, hierarquicamente, define a gestão do trabalho. A gestão coletiva na visão dos

⁸ Vale destacar que, dos dez grupos entrevistados, somente em um deles os trabalhadores concluíram o ensino superior.

trabalhadores é percebida como um diferencial que sugere certo grau de emancipação, mas também de responsabilidade, na medida em que não há um patrão a definir o que e como será realizado o trabalho.

De fato, ainda que os entrevistados sugiram a construção de novas relações de trabalho, sem patrão, onde o coletivo dos trabalhadores decide a condução do processo de trabalho, é preciso compreender que essas atividades produtivas se desenvolvem “*no interior de práticas aparentemente alienadas, não se constituindo, portanto, uma prática exterior à organização do trabalho parcelada e hierarquizada*” (Brito, 2004: 103). Neste sentido, ao diferenciarem o trabalho vivenciado nas unidades de economia solidária do trabalho na empresa capitalista, as falas dos entrevistados são expressivas quanto à incorporação dessas duas lógicas.

A gestão coletiva, na perspectiva dos trabalhadores, revela-se um processo contraditório: se na fala dos entrevistados acima, ela aparece como possibilidade de “emancipação”, por outro, eles mesmos expressam o enfrentamento de algumas dificuldades por parte de todos os trabalhadores no processo de organização do trabalho.

A confluência de fatores vinculados às determinações da lógica empresarial e da lógica emancipatória expressa a tensão e conflitos nas relações sociais vivenciadas nas unidades de economia solidária pesquisadas. De imediato, um dos limites na gestão coletiva na perspectiva emancipatória é que esta não se constitui na atual lógica da sociedade de classes.

A literatura especializada sinaliza que, no desenvolvimento da gestão coletiva na perspectiva emancipatória, a dificuldade de acesso à educação formal traz alguns limites para essa forma de organização do trabalho. Na pesquisa de campo constatamos que o fato de a maioria dos grupos entrevistados ter baixa escolaridade⁹ acaba contribuindo para que muitos se submetam ao que as “lideranças dos grupos” definem. Elemento este que contribui, embora em outros moldes, para reforçar a histórica relação hierarquizada entre patrão/empregado a que os trabalhadores vêm sendo submetidos.

⁹ Embora não tenha sido objetivo desta pesquisa traçar um perfil dos trabalhadores das unidades de economia solidária, pudemos identificar através da fala dos entrevistados a queixa sobre a baixa escolaridade. Assim como as dificuldades que isso traz para a vida desses sujeitos. Dessa forma, como constatamos na pesquisa, para parte dos segmentos das classes subalternas, a possibilidade de acesso ao conhecimento, seja ele formal ou informal, muitas vezes se constitui a partir da inserção nos grupos de economia solidária.

A baixa escolaridade dos segmentos que participam das práticas de economia solidária é um dos grandes desafios enfrentados na dinâmica desses processos de trabalho. Conforme depoimento do entrevistado do Grupo 03, a baixa escolaridade acaba interferindo no trabalho.

“Porque para as pessoas leigas ou analfabetas a compreensão é mais difícil no trabalho. Hoje a gente tá com um número grande de pessoas que o grau de escolaridade é muito baixo. O difícil é que eles são a maioria no grupo. E isso é ruim no grupo. Eu acho que tinha que ser composto por pessoas de vários graus de escolaridade, para facilitar. Aquele que tem um pouco mais de conhecimento acaba ficando com a carga maior né, do que os outros. Acho que eles não têm condições de assumir. Então tem coisas que ele não pode fazer. Mesmo, até participar de uma reunião é muito difícil para eles. Como a gente vai mandar essa pessoa para o Fórum Brasileiro? Entendeu? Essas pessoas são acanhadas mesmo. Não conseguem falar, é difícil. Quem tá lá atrás da cortina é que tá vendo como é difícil” (Cooperativa de mulheres voltada para a confecção de bolsas e acessórios).

Parece recorrente a idéia de que a dificuldade de posicionamento das pessoas nos grupos está diretamente relacionada à baixa escolaridade. E por vezes isto faz com que o próprio grupo não valorize as idéias dos associados.

“... tem uma pessoa do grupo que ela não sabe ler e nem escrever direito, e o pessoal às vezes não dá atenção. Mas ela dá umas sugestões boas aqui. Eu presto atenção e depois coloco para o grupo a idéia de fulano que foi super interessante. Apesar dela antes achar (pois agora não acha mais) ‘não sei ler, escrever, não vou opinar nada’. Tem gente que pensa. Ah! Não sei ler, não sei escrever não vou fazer nenhum curso, não vou falar nada porque não sei falar e nem escrever direito” (Entrevistado do Grupo 05 – Associação de fabricação de produtos alimentícios).

Outro relato mostra como o problema da baixa escolaridade ainda é presente nos grupos.

“Quando uma entidade foi dar um curso de corte e costura, tinham coisas básicas que a gente não sabia. Tinha uma mulher que não sabia o que era amarelo e tinha cinquenta anos de idade. Tinha mulheres que não sabiam que quando juntava duas cores gerava uma terceira. Por isso, o trabalho na área da economia solidária é uma experiência de muita luta, pois o pessoal tem baixa escolaridade” (Entrevistado do Grupo 06 – Associação de fabricação de roupas e acessórios).

O direito à educação é um direito que muitos trabalhadores não têm tido, e isso implica uma das limitações para que os trabalhadores associados possam exercer a autogestão na unidade produtiva. Mais à frente retomaremos essa discussão sobre a importância da educação – particularmente, a perspectiva da educação continuada.

No que se refere às diferenças que os trabalhadores identificam entre a economia capitalista e a economia solidária, outro elemento constantemente evidenciado pelos

entrevistados é o diferencial do comportamento humano, vivenciado e construído no interior dessas práticas produtivas.

*“Aqui a **diferença é até de comportamento**, assim, das pessoas uma com as outras. A gente se dá super bem, a gente cresce junto. Porque aqui todas as decisões são tomadas no conjunto, tudo é feito assim numa união muito grande aqui dentro...” (Entrevistado do Grupo 05 - Associação de fabricação de produtos alimentícios).*

*“O **capitalismo pensa em pegar é...** eles só pensa em cima do capital, em arrecadar dinheiro, mais dinheiro e mais dinheiro. E a **economia solidária é o contrário. A gente trabalha em cima de um comércio justo, é ético e justo.** O que é justo? É você dividir as partes iguais, pras pessoas que não têm renda. E que está precisando naquele exato momento de renda, ali pra poder sobreviver. Então trabalhamos juntas em coletividade...” (Entrevistado do Grupo 01- Grupo de produção de peças íntimas).*

*“ A empresa capitalista ela só visa o quê? Ela só visa o lucro dela, né? E a diferença de um grupo como o nosso, ele vê todo o..., como se diz o **comportamento do ser humano**. Ele visa muito esse lado do ser humano e não visa somente o lucro. **Nós vivemos sim, precisamos de lucro, precisamos de resultado, mas o que importa não é só o resultado**” (Entrevistado do Grupo 03 – Cooperativa de mulheres voltada para a confecção de bolsas e acessórios).*

*“O nosso interesse não é tanto gerar riqueza pra gente, o nosso **interesse é mais ajudar** as outras pessoas né? A se comunicar melhor com as pessoas” (Entrevistado do Grupo 04 – Associação voltada para a fabricação de produtos de limpeza).*

A ênfase nos valores extra-econômicos, conforme as teses de Santos e Rodríguez, Singer e Tiriba, articula-se às falas dos trabalhadores acima, no que se refere à importância que o caráter educativo assume na vida desses associados, a partir da inserção nas práticas de economia solidária.

Para esses trabalhadores, o diferencial do comportamento humano a partir das relações estabelecidas no mundo da produção, vincula-se a valores que envolvem relações sociais de cooperação¹⁰, e de solidariedade¹¹ atravessadas pelo senso de justiça que buscam dar a condução dos processos de trabalho. Para a maioria dos entrevistados, essas relações de cooperação e solidariedade que se estabelecem nos processos de trabalho nas práticas de economia solidária são opostas às experiências de trabalho que tiveram na empresa capitalista, marcadas pela perspectiva do individualismo, da

¹⁰ JESUS, P de, TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A.D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. Ver discussão que os autores fazem sobre as principais questões que envolvem a construção de relações sociais de cooperação.

¹¹ Ver LISBOA, A. de M. Solidariedade. In: A outra economia. Antonio David Cattani (Org.). – Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. O autor também sinaliza alguns aspectos contraditórios que definem a incorporação da solidariedade no contexto das transformações contemporâneas.

competitividade. E parecem revelar, para esses sujeitos, um significado de práticas sociais mais humanizadoras.

No entanto, cabe ressaltar que a compreensão da cooperação e da solidariedade é extremamente complexa e polêmica, diante dos diferentes projetos políticos que se constituem na contemporaneidade. Trata-se de categorias que adquirem diferentes significados, vinculadas ao projeto na lógica empresarial e/ou vinculadas ao projeto na lógica educativa/emancipatória. Por isso, são conceitos atravessados por uma série de contradições a partir dos interesses de classe. E que, no atual contexto, se expressam de forma contraditória, também nas práticas de economia solidária.

Sob essa perspectiva, é possível afirmarmos que, diante da ofensiva neoliberal sobre o mundo do trabalho, há uma tendência em reforçar a solidariedade e a cooperação na perspectiva da caridade e da ajuda. Isto contribui para o risco de que as práticas de economia solidária sejam incorporadas aos interesses do capital e utilizadas como mais um instrumento de exploração da força de trabalho.

Neste ponto, uma das dificuldades das unidades produtivas de economia solidária é materializar, na dinâmica dos seus processos de trabalho, a direção política da cooperação e da solidariedade intra-classes diante do atual contexto marcado pela ofensiva neoliberal.

Embora essas práticas estejam submetidas às relações com o mercado, entendemos que o seu avanço na dimensão política, a partir dos princípios da economia solidária, somente será possível se potencializados os processos de aprendizagem emancipatória e sua articulação às redes de movimentos sociais. Em outros termos, isso implica dar caráter político aos processos educativos que se constituem nesses espaços, necessariamente articulados aos movimentos mais amplos da sociedade brasileira.

Os laços de cooperação e solidariedade que os trabalhadores estabelecem nessas unidades em questão, embora frágeis do ponto de vista da perspectiva emancipatória, sinalizam avanços no cotidiano dos entrevistados. Na pesquisa de campo, colhemos depoimentos que sugerem mudanças de valores, comportamentos e atitudes em relação à participação política desses segmentos nos diferentes espaços da comunidade. Sem descolar a análise desses processos educativos da viabilidade econômica, elemento que motivou a criação da maioria das unidades pesquisadas, não podemos

desconsiderar “uma certa politização” desses segmentos nos espaços públicos da comunidade.

“A gente tá mais consciente, tá participando mais da comunidade, das questões do meio ambiente, das discussões no CDDH para integrar valores às pessoas que muitas vezes a sociedade não dá importância. O mais interessante é que principalmente, acho que no momento, a economia solidária mudou na forma de pensar. Ela traz muito mais benefício no aspecto de pensar. Financeiramente ela não traz, não tá trazendo tanto benefício como a gente pensava que traria” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).

“Hoje a gente participa do Fórum e sempre que tem chance a gente vai para participar e discutir como melhorar os produtos, como aprender a vender, como a gente pode se comunicar com as pessoas. Como a gente pode mudar a nossa realidade” (Entrevistado do Grupo 04 – Associação voltada para a fabricação de produtos de limpeza).

“A economia solidária acontece dentro da nossa comunidade também. Hoje a gente discute as leis para mudar algumas coisas. É! Estar mudando a nossa realidade, buscando participar dos Fóruns, buscando união com outros grupos de economia solidária do estado, para a gente estar se orientando” (Entrevistado do Grupo 05 – Associação voltada para a fabricação de produtos alimentícios).

Em outro depoimento, o entrevistado deixa claro que apesar da unidade produtiva não viabilizar geração de renda, a inserção no campo da economia solidária trouxe a possibilidade de maior participação das pessoas no desenvolvimento da comunidade.

“A gente tá participando mais da realidade da nossa comunidade. A gente busca falar sobre a questão da economia solidária com a própria comunidade, da importância desse segmento dentro da comunidade, lutando para nos fortalecer. Pois o rendimento do grupo, querendo ou não, fica sendo mais uma atividade para complementação de renda. Pois a geração de renda infelizmente é muito difícil” (Entrevistado do Grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas - teatro e artesanato).

Embora o acesso à renda seja o elemento motivador para a inserção desses segmentos nas unidades produtivas pesquisadas, a dimensão social¹² aparece na fala dos entrevistados como o resultado mais imediato que essas práticas têm lhes oportunizado. Como revelam várias falas dos entrevistados, os processos de participação nos espaços dos Fóruns de Economia Solidária, o acesso ao conhecimento, seja ele formal ou informal, são resultados extremamente importantes para a permanência desses

¹² Cabe esclarecer que, nas práticas de economia solidária, a dimensão social se expressa nos resultados dos processos de trabalho que se constituem a partir das mudanças de valores, comportamentos e atitudes dos trabalhadores. Ou seja, resultados que, segundo Santos e Rodríguez (2002) se revelam nos valores extra-econômicos. Isto implica um processo de transformação no campo cultural, social e político.

segmentos no trabalho das cooperativas. Entretanto, a importância desses resultados extra-econômicos não está descolada da viabilidade econômica do empreendimento, expressa na necessidade de geração de renda.

As práticas de economia solidária, no espaço contraditório das forças produtivas, expressam um campo de tensão e conflito permanente em que se contrapõem projetos distintos de sociedade. Em que ora subsumem à lógica do capital, ora buscam se contrapor. Mas é preciso considerar a partir dos achados da pesquisa que, nesses espaços, embora embrionariamente, constatamos indícios de relações sociais voltadas para a produção de uma formação humana e processos educativos e culturais que sugerem resistência difusa à sociabilidade do capital. Nessa direção, o trabalho no campo da economia solidária tem possibilitado aos trabalhadores algumas conquistas. Abaixo podemos identificar que, nas falas dos entrevistados, são recorrentes as mudanças dos valores extra-econômicos:

*“As pessoas do grupo melhoraram muito a **auto-estima** delas, como pessoas já estão pensando de outra forma, já começam a ver o mundo de outra forma. Além da gente se preocupar com o nosso trabalho, a gente se preocupa também com o outro. Eu era uma pessoa que não tinha um bom convívio, relacionamento. Essa pessoa mudou o comportamento, melhorou o relacionamento. Muitos conhecimentos eu sei que foram aprendidos” (Entrevistado do Grupo 03 – Cooperativa de mulheres, voltada para a confecção de bolsas e acessórios).*

*“Acho que o fundamental é a questão do **crescimento pessoal**, acho que foi a principal coisa que aconteceu, que mudou pra gente. Porque assim, após a nossa participação no grupo a maioria voltou a estudar” (Entrevistado do Grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas – teatro e música).*

*“Eu acho que é mais **conhecimento das coisas**. Porque a gente aprende muita coisa na Economia Solidária. A gente tá mais sábia, a gente aprendeu a falar muita coisa que a gente não aprendia a falar. Tem umas lá que tem muito conhecimento, quando participa do Fórum, então a gente participa e leva para as outras o que aprende” (Entrevistado do Grupo 04 – Associação para fabricação de produtos de limpeza).*

*“A **auto-estima** das pessoas. O **conhecimento**, as pessoas aqui passam a conhecer as pessoas; passam a relacionar melhor com a população aí fora... agora o que mais mudou mesmo, e que muda aqui dentro desse trabalho de economia solidária é a auto-estima. Eu falo por mim, porque antes de entrar nesse grupo eu era assim, de ficar em casa, cuidando do marido, dos filhos, eu era assim, uma pessoa triste, eu me considerava uma pessoa que não tinha serventia pra nada, não era feliz... Depois que eu entrei nesse grupo, eu sou uma pessoa que tenho firmeza no que eu faço, nas decisões, sei o que quero. Hoje a gente vive melhor. Às vezes não é nem o fato da renda, do dinheiro. Mas do fato de estar ali no grupo, com pessoas e isso já faz com que a gente cresça, nos torna pessoas melhores”*

(Entrevistado do Grupo 05 – Associação para fabricação de produtos alimentícios).

Na análise crítica que Barbosa (2006) faz sobre a elevação da auto-estima como elemento primário das práticas de economia solidária, entendemos que, por tratar-se de segmentos das classes subalternas, destituídos do acesso a todos os direitos de viver com um mínimo de dignidade, pequenas mudanças passam a ser extremamente valorizadas, diante de um quadro em que a *“penúria, a desproteção pública e o desamparo mercantil já imprimiram marcas de desalento nas subjetividades engendradas no drama da desocupação”* (ibidem: 125).

Todavia, o termo “auto-estima” aqui não é tratado numa perspectiva psicologizante das relações sociais, ou como destituição da fala das classes dominadas, como sugere Oliveira (1999), mas sim a partir da possibilidade da retomada da fala, numa dimensão que considera a elevação da consciência política destes segmentos destituídos da possibilidade de se posicionar e questionar a realidade vigente. Ao analisar a destituição da fala das classes dominadas no contexto da ideologia neoliberal, Oliveira (1999: 81) entende que a violência que é produzida na sociedade brasileira pelos próprios aparelhos de Estado não é senão uma pálida sombra da exclusão da fala, da privatização do público_ e, no seu rastro, da anulação da política.

Entretanto, com o cuidado de não superdimensionar os resultados imediatos, no campo da auto-estima, das mudanças de comportamento, que se expressam nas ambíguas práticas de economia solidária, que se conformam na realidade do Espírito Santo, trata-se de resultados que não podem ser descartados na busca da viabilidade política das unidades. Neste sentido, é necessário não perdermos de vista que os segmentos que se inserem nas práticas de economia solidária têm um traço comum, pois a grande maioria dos grupos constitui-se por aqueles que foram:

“... deserdados da espetacular modernização urbano-industrial – os sem escolarização, sem poder, sem crédito, sem propriedade, sem emprego. São também em sua maioria mulheres, negros e índios que acumulam outras formas de subordinação social histórica. Um conjunto significativo de vidas não reconhecidas na institucionalidade democrático-burguesa e periférica brasileira. Uma população que, reunida em grupos e associações acalenta a vontade de ter acesso a possibilidades de bem estar...” (Barbosa, 2006: 125).

Reconhecer essas características das classes subalternas, segmento que faz parte das práticas de economia solidária, não reduz este estudo à idéia de que o acesso ao mínimo - como por exemplo a mudança de comportamento, valorização da auto-estima

– seja resultado satisfatório dessas práticas. O que se quer ressaltar é que apesar dessas características dos segmentos das práticas de economia solidária, onde uma maioria é destituída da própria fala e dos mínimos sociais para a sobrevivência econômica, esses sujeitos vêm se organizando, embora de forma incipiente, e acenando para novos horizontes. Numa arena de conflituosidades eles sinalizam para a construção de espaços de discussão, de vontade política, de participação e de mudanças. A fala de um dos entrevistados elucida um pouco esse processo educativo que se constitui na atividade produtiva de uma unidade de economia solidária:

*“Aqueles pescadores que antigamente acabavam se tornando totalmente ignorante, totalmente é... **apolíticos, isso então começa a se tornar diferente, a gente vai se sentindo como se fizesse parte de alguma coisa.** Começa a se sentir importante, a gente começa a discutir, a se posicionar, a discutir política, discutir ações que se possam fazer pra que as vendas melhorem, ações que se possam fazer pra questão de qualidade, e para melhorar nossa vida em geral. Ações que a Prefeitura toma com a gente e que a gente acha injusto. Então a gente se posiciona, discute e exige mudar. E isso na verdade é um mundo que...era totalmente desconhecido pra gente. E a gente começa a fazer parte e a criar espaços para discutir e lutar pra mudar isso” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).*

Apesar das adversidades da atual lógica neoliberal que captura a forma de ser e pensar dos trabalhadores em geral, e que expressa, nos termos de Oliveira (1999), a anulação da fala reivindicante da maneira mais avassaladora da história brasileira, como mostra o depoimento acima, é importante refletir sobre a constituição de novos espaços onde grupos ressurgem e exigem ser ouvidos e reconhecidos como classe. Neste aspecto, Paoli e Telles chamam atenção para esse ressurgimento, na cena pública brasileira nos últimos anos, de segmentos das classes subalternas que *“se fazem ver e reconhecer como sujeitos que se pronunciam sobre o justo e o injusto ao formular reivindicações e demandas e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência”* (2002: 106). É neste campo que o caráter educativo, que se constitui na diversidade das práticas de economia solidária, embora incipiente, sugere reflexões sobre a constituição de relações mais democráticas e de igualdade que poderão ser potencializadas.

Cabe, contudo, ressaltar que, apesar de constatarmos a importância destes resultados da dimensão educativa na vida desses segmentos, é necessário avançar, pois a luta imediata dessas práticas produtivas envolve também a garantia da viabilidade

econômica, um dos maiores desafios da economia solidária na contemporaneidade da realidade brasileira¹³.

Outro aspecto importante a refletir é que a economia solidária não pode ser compreendida numa visão ingênua e fantasiosa, como a “salvadora do mundo”. Neste aspecto, apesar de contundente, a crítica que Germer (2006) elabora à concepção da economia solidária interpretada por Singer, principal interlocutor da economia solidária no atual contexto da realidade brasileira, deve ser considerada. Para Germer:

“... a tentativa de restabelecer o cooperativismo, como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social. Acima de tudo induz a classe trabalhadora a lutar por soluções fantasiosas conduzindo-a a uma forma de luta que uma longa e trágica história revelou ineficaz” (ibidem: 202).

A análise de Germer (2006) busca mostrar que há inconsistência teórica e histórica na concepção da economia solidária apreendida por Singer ao situar a formação das cooperativas de produção como uma luta anticapitalista dos trabalhadores nos dias de hoje. Nesta perspectiva concordamos com o autor, pois a economia solidária na contemporaneidade revela, antes de tudo, luta pela sobrevivência econômica dos trabalhadores. Entretanto, a compreensão dessas práticas produtivas não está descolada das potencialidades reivindicatórias que surgem nos diferentes espaços das práticas de economia solidária. Espaços que vão desde o próprio local de trabalho até os fóruns de articulação, comunidade, família, escola, entre outros.

Entretanto, não podemos negar que a ofensiva neoliberal tem contribuído desde os anos 1990 para a desconstrução do potencial organizativo dos vários movimentos sociais que se constituíram, nos anos 1980, na realidade brasileira. Atualmente um dos desafios da sociedade civil é a reconstrução de suas formas de luta coletiva. Diante da precarização do trabalho, que induz às formas flexíveis de contratação dos trabalhadores, através da terceirização, do contrato temporário e parcial de trabalho, assim como das próprias cooperativas, vivenciamos no cenário brasileiro a fragmentação da identidade coletiva da classe trabalhadora. Neste sentido, um dos caminhos que a literatura aponta para a constituição de uma nova sociabilidade volta-se para o desafio da articulação dos movimentos sociais que ressurgem no atual cenário brasileiro.

¹³ Como já mencionamos, são poucos na realidade brasileira os empreendimentos econômicos solidários que têm se sustentado economicamente (Pesquisa da SENAES/MTE - site www.sies.mte.gov.br – último acesso novembro de 2007).

Nesta reflexão, não podemos perder de vista que as unidades de economia solidária pesquisadas reclamam pela necessidade econômica. Entretanto as possibilidades efetivadas, através dos resultados no campo do conhecimento, da auto-estima, poderão fortalecer esses segmentos na constituição de uma consciência política, nos termos gramscianos.

Sem perder de vista a atual ideologia e cultura dominante, a compreensão dessas e de outras práticas sociais que sugerem elementos emancipatórios reside fundamentalmente nas potencialidades do caráter político que definirá a articulação dos grupos e movimentos organizados¹⁴. Diante das diversas estratégias que os trabalhadores criam para sobreviver, como a economia solidária, é necessário potencializar politicamente suas práticas. Sob essa perspectiva, para Frigotto, o desafio maior está em:

“... dar caráter político, organização, caráter coletivo e de alternativa a essa realidade disforme, espontânea, premida pela urgência da necessidade. E, aí, é preciso que as instituições da sociedade civil, os partidos e os sindicatos vinculados historicamente às lutas dos trabalhadores reflitam, analisem para não enveredar em descaminhos” (2004: 281).

Se não enveredarmos por esse caminho apontado pelo autor, a supervalorização dos resultados no campo da auto-estima, do crescimento pessoal e das mudanças de comportamento dos trabalhadores corre o risco de reduzir a análise das práticas de economia solidária a uma virtude intrínseca. E, conseqüentemente, facilmente suscetíveis à captura da lógica do capital.

No entanto, num quadro marcado pela precarização e desregulamentação das relações sociais de trabalho, no contexto da acumulação capitalista, não é possível desvincular essas práticas das condições objetivas em que elas se desenvolvem. Embora o acesso ao conhecimento e a mudança de comportamento apontem uma perspectiva mais crítica e consciente da que esses trabalhadores viviam antes, é preciso refletir sobre as potencialidades desses resultados na perspectiva da politização consciente e crítica dos trabalhadores coletivos.

Na pesquisa de campo, constatamos que essa perspectiva política e crítica dos associados é complexa. Os representantes das unidades de economia solidária

¹⁴ Neste campo, os sindicatos também são desafiados a pensar como incorporar essa massa de trabalhadores excluída do emprego formal. A esse respeito ver recente tese de doutorado defendida por Stampa, Inez Terezinha. E agora, companheiros? Ação sindical dos ferroviários e a reinvenção da política. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Maio de 2007.

entrevistados traduzem em suas falas tanto elementos da sociabilidade do capital através da necessidade de inserção no mercado, técnicas de venda, quanto os elementos indicativos de uma sociabilidade emancipatória.

É evidente que, nas devidas proporções dos movimentos que se constituem na contemporaneidade da realidade brasileira, e especificamente dos movimentos difusos e frágeis, do ponto de vista político, que ressurgem também no interior das práticas de economia solidária, vale resgatar em Gramsci (1968) que *“A luta de classes não é apenas luta econômica; aliás, mais do que esta, é sobretudo luta no plano das visões do mundo”*. Nesta direção, as três falas abaixo são expressivas na medida em que manifestam a visão dos trabalhadores quanto à dimensão econômica e política da economia solidária nas suas vidas:

“É isso que é o interessante. As coisas vão andando e é legal quando você vai vendo as transformações. As pessoas que no começo você não ouvia falar vão falando, se posicionando. As pessoas que no começo não reclamavam, vão reclamando. As pessoas que não se sentiam entusiasmadas pelas coisas vão se entusiasmando. As reações das pessoas, elas mudam, é... a própria forma de pensar vai mudando. Você vai vendo isso no dia-a-dia, você vai convivendo aos poucos. Quando você vai vendo de uma reunião pra outra, você vai vendo as coisas acontecer, as pessoas discutir, as pessoas mudando de vida.. A gente vê o lado humano das pessoas com o qual a gente começa a trabalhar. Elas começam a se posicionar, criticar. Isso pra gente acaba sendo um valor maior até do que a questão financeira. É lógico que nosso ideal é que as pessoas tenham renda. Que as pessoas consigam viver com o fruto do seu próprio trabalho. Mas também que elas sejam capazes de discernir o que é bom e o que é ruim pra elas. Do que tá acontecendo no meio social, do que vale a pena pra elas fazerem pra mudar aquilo. Entendeu? Isso que é interessante. A organização e consciência maior que a gente passou a ter” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).

“A gente percebe claramente uma mudança de atitude das pessoas no grupo. A gente passa a ter preocupação com o bem estar de cada um no trabalho e também com o meio ambiente. Esse trabalho traz uma valorização enquanto pessoa, que decide que opina. Traz muitos conflitos de relacionamento entre os integrantes. Mas tem liberdade da gente falar e decidir” (Entrevistado do Grupo 07 – Grupo de produção artística voltada para o teatro e música).

“... trouxe mudança de vida. Hoje a gente olha olho no olho. A gente dá entrevista. Então muito mais que uma questão financeira isso mudou realmente a filosofia de vida...” (Entrevistado do Grupo 06 – Associação voltada para a fabricação de bolsas e acessórios).

Estas falas nos levam à reflexão sobre os desafios de constituição de “uma nova dimensão política”, de uma nova visão de mundo desses segmentos a partir da inserção nas unidades de economia solidária. A dimensão política e econômica dessas atividades, embora embrionária, nos remete à importância de repensar as relações entre

o trabalho e os processos educativos que se constituem nesses espaços produtivos. Numa perspectiva que ultrapassa a lógica mercadológica do Estado neoliberal, na visão crítico-dialética, apoiamos nossa análise no processo de redefinição dessas relações, que se situa na educação continuada, nos termos de Mészáros (2005) como trataremos mais adiante.

Entretanto, observamos que, apesar de no cotidiano, essas práticas, de alguma forma, recuperarem para os segmentos das classes subalternas a possibilidade da fala, da participação, do posicionamento, como sinalizam os depoimentos acima, as estratégias político-ideológicas do neoliberalismo insistem na destruição do caráter político que emana das atuais formas “alternativas” de organização dos trabalhadores. Como sugere Oliveira (1999), na contemporaneidade, há uma destruição das classes dominadas, enquanto classe, e seu retrocesso ao estado de mercadoria.

“... a operação do conflito, do dissenso, fica cada dia mais difícil, pela desmoralização daquele que foi destituído do discurso. Ele não pode mais avançar e já não pode recuar, sob pena de sua ação perder toda a eficácia, porque a reivindicação da parcela que ele reivindicou – a possibilidade de intervir nos próprios negócios da burguesia e de co-dirigir uma política de Estado – não tem o mesmo estatuto que a simples reivindicação de salário. Instala-se uma desmoralização da categoria, que se alastra como epidemia para quase todas as categorias de trabalhadores. Dela só escapam aquelas cuja reivindicação é de outra natureza, melhor dizendo, de outra materialidade e que, por isso mesmo, constitui-se também em política desafiadora da geometria da distribuição de riqueza entre os proprietários” (ibidem: 79).

Diante do exposto, observa-se que na realidade brasileira vivemos um processo contraditório entre a destituição e recuperação da fala dos subalternos. Se por um lado, a condução neoliberal insiste em capturar a fala desses segmentos, como mostra Oliveira (1999), por outro lado não é possível negar alguns sinais de recuperação da fala dos subalternos. Dentre eles dos que participam das práticas de economia solidária a partir das transformações sócio-econômicas que essas atividades produtivas têm possibilitado aos sujeitos entrevistados.

Tomando como referência o campo teórico do marxismo destacamos dois pontos para reflexão. O primeiro é a análise que considera os limites dessas práticas produtivas no contexto da totalidade social. Como situamos no Capítulo 2, as mudanças no atual padrão de acumulação e gestão das forças produtivas redefinem as relações de trabalho sob a ótica do capital, e provocam a precarização das condições de vida e trabalho das classes subalternas em níveis alarmantes.

O outro ponto volta-se para a preocupação de não reduzir a análise da economia solidária ao aspecto valorativo, que de forma recorrente é o aspecto que mais aparece nos depoimentos dos sujeitos entrevistados. Como já sinalizamos, a condição de destituição da fala, dos direitos a que esses segmentos são subordinados na sociedade de classes leva ao perigo de superdimensionar as possibilidades dessas práticas no contexto histórico capitalista. Neste sentido, embora Barbosa não analise a economia solidária sob a perspectiva do movimento que a constitui, pois sua preocupação volta-se para a análise crítica da economia solidária enquanto política pública, a autora chama atenção para o perigo da virtuosidade da economia solidária, na medida em que:

“... a abordagem das experiências tende a se concentrar em discursos essencialmente valorativos, sem deixar entrever com maior distinção as características socioinstitucionais dessas práticas econômicas e sua inserção na realidade social” (2007: 89).

Neste estudo, a análise crítica que construímos sobre a economia solidária buscou considerar a visão que os associados têm dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária pesquisadas, mas permitiu também observar que há diferenças na forma como os sujeitos dessas práticas buscam a organização do trabalho e as relações capitalistas que as permeiam. Neste ponto, é possível identificar a conflituosidade dos dois projetos de sociedade, o da lógica democrática e o da lógica empresarial.

Dessa forma, se por um lado, constatamos nos depoimentos que os entrevistados apreenderam, na dinâmica dos processos de trabalho nessas unidades produtivas, a travar novas relações engendradas através dos saberes político-organizativos da gestão coletiva, baseada nos princípios centrais da solidariedade e da cooperação, por outro, os limites da gestão coletiva, nesta perspectiva, esbarram essencialmente na estrutura da sociedade capitalista, onde a todo o momento a lógica do mercado determina os processos de trabalho desenvolvidos também nas unidades de economia solidária.

Um desses limites constatados nas particularidades dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária volta-se para a gestão coletiva.

5.3.

A gestão coletiva nas unidades produtivas

É preciso ter clareza de que, quando falamos em gestão coletiva, temos que considerar as diferentes concepções que adquire ela no atual contexto da globalização neoliberal. Na perspectiva da acumulação flexível, a noção de gestão coletiva, de participação dos trabalhadores, assim como a própria concepção de gestão democrática também é incorporada ao discurso do capital.

Nesse sentido, os dois projetos políticos: o da lógica gerencial (sociabilidade do capital) e o da lógica educativa (sociabilidade emancipatória) se revelam contraditoriamente nos diferentes espaços dos processos de trabalho das unidades de economia solidária. E é nessa arena de oposição entre duas lógicas, que a gestão coletiva adquire diferentes contornos revelando as ambigüidades das unidades de economia solidária pesquisadas, no estado do Espírito Santo.

Conforme cartilha elaborada pelo FEPS, o modelo de gestão coletiva nas unidades produtivas pesquisadas busca se pautar “*no princípio da cooperação, baseado no valor da vida humana*” (FEPS, 2006). Neste material consta que, na tomada de decisão das práticas de economia solidária, todos os envolvidos são responsáveis e as decisões devem ser tomadas democraticamente (de preferência por consenso), tendo como objetivo o crescimento do empreendimento e o interesse de todos.

A partir desse material consultado, uma questão merece ser destacada. Por mais que se elabore um discurso voltado para a sociabilidade emancipatória, em oposição à sociabilidade do capital, a efetivação da gestão coletiva a partir dos princípios da economia solidária apresenta grandes fragilidades no cotidiano dessas unidades produtivas no contexto do capitalismo.

Por mais que nessas unidades possamos apontar alguns avanços na dimensão social, política e, ainda que de forma precária, na melhoria econômica, trata-se de processos sociais que se inscrevem na sociedade de base capitalista. Conseqüentemente, essas unidades produtivas sofrem as determinações do capital e enfrentam uma série de limitações na consolidação da gestão coletiva na perspectiva da sociabilidade emancipatória.

Embora se constituam em diferentes graus de desenvolvimento econômico, social e político, conforme pesquisa de campo, as unidades de economia solidária que apresentam melhores resultados no campo sócio-econômico, de alguma forma estão subordinadas à relação do mercado, e lutam pela inserção nele. Das 10 (dez) unidades

pesquisadas, dois representantes dessas unidades falaram, com muito entusiasmo, que já exportam seus produtos para o mercado externo: o Grupo 03 – Cooperativa voltada para a confecção de bolsas e acessórios e o Grupo 10 – Cooperativa voltada para confecção de peças de vestuário.

Assim, a partir da análise dos depoimentos podemos deduzir que essas práticas não se contrapõem às determinações estruturais do capital, pois mesmo que vivenciem alguns aspectos dos princípios da economia solidária, como a partilha democrática da gestão e dos frutos do trabalho, são práticas que não têm como se sustentar em oposição ao capital¹⁵.

Dentre as dificuldades para a gestão coletiva, expressas nas falas dos entrevistados, estão: as dificuldades de reunir todos os associados para definir a condução dos trabalhos, as dificuldades de relacionamento entre os integrantes, assim como as da demanda acelerada de trabalho. A seguir destacamos alguns depoimentos que expressam os principais mecanismos utilizados para a gestão coletiva do trabalho, bem como as principais dificuldades enfrentadas nessas unidades de economia solidária.

*“... pra gente ter uma gestão coletiva é mais a questão **de reunião que a gente utiliza para decidir o trabalho**. A gente pensa uma vez por mês tentar nos reunir. Se bem que esse ano a gente tá sentindo um pouquinho de dificuldade, que tem muitos que estão estudando. Então a nossa forma de diálogo é basicamente tá se encontrando em outras reuniões, reuniões de igreja é uma delas, conversa via e-mail pra quem tem, conversa por telefone” (Entrevistado do Grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas – teatro e artesanato).*

“... a gente faz reuniões mensais, e ninguém centraliza o processo de trabalho numa pessoa. Mas a gente vive dificuldades de relacionamento entre os integrantes do grupo para desenvolver o trabalho coletivo. Às vezes é difícil chegar num consenso entre todos nós” (Entrevistado do Grupo 07 – Grupo de produção de atividades artísticas – teatro e música).

A falta de compreensão da gestão coletiva e as dificuldades de encontros coletivos dos integrantes dos grupos já sinalizam obstáculos imediatos para a organização coletiva do trabalho na lógica da economia solidária. Na fala do entrevistado do Grupo 8, podemos perceber que consolidar a gestão coletiva é um desafio, visto que nessa unidade a possibilidade de reunir os trabalhadores é colocada como uma grande dificuldade. Frente

¹⁵ Entretanto, vale ressaltar que, o que se propõe nesta tese é repensar as potencialidades dos resultados no campo dos valores extra-econômicos, como força política de articulação da economia solidária a um projeto comum de transformação societária, onde não se perde de vista o longo processo que se tem pela frente. Daí a necessidade de refletir sobre a força política da economia solidária, entre outros movimentos e grupos isolados, em articulação com os movimentos que se gestam no interior da sociedade civil.

a outros compromissos que os trabalhadores têm, os mecanismos para a condução da gestão coletiva não são percebidos pelos seus integrantes como prioridade para a condução dos processos de trabalho. Ao justificar que a falta de reuniões tem dificultado o trabalho coletivo, o mesmo entrevistado coloca que:

“Porque todo mundo tá de certa forma em busca da qualificação profissional acaba ficando com pouco tempo para a gente tá de fato investindo no grupo, pra reunir, pra produzir, pra comercializar, essas coisas...” (Entrevistado do Grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas - teatro e artesanato).

Entretanto, as análises dos depoimentos nos indicam que, embora inseridas nas relações sociais capitalistas e marcadas por uma série de limitações, as práticas de economia solidária envolvem processos de trabalho que são fundamentados em processos educativos que se constituem no seu interior, e que resultam na formação de sujeitos sociais, mais críticos e conscientes dos seus direitos.

Sem dúvida, viver a gestão coletiva na perspectiva de uma nova sociabilidade exige a construção de um novo projeto societário. Por isso, este projeto torna-se um desafio na sociedade contemporânea, e exige, necessariamente, mudanças no plano econômico, social, e político-educativo que ultrapassa as práticas analisadas.

Outro aspecto importante de ser compreendido a partir dos depoimentos é que, em alguns casos, a gestão coletiva nessas unidades, que sugere uma perspectiva emancipatória, acaba se diluindo e o poder decisório muitas vezes se reduz àqueles trabalhadores que se destacam, ou em outros casos, se reduz à condução dada pelas entidades de apoio. Neste aspecto, nos depoimentos dos representantes de duas entidades de apoio, constatamos divergências quanto à percepção dessa relação entre as unidades de economia solidária e as entidades de apoio. Segundo o depoimento abaixo, ainda há uma forte dependência dos grupos em relação à participação das entidades na gestão da unidade produtiva.

“A gente percebe em alguns grupos um comodismo muito grande que acaba criando uma dependência dos empreendimentos com o apoio que a entidade dá. Têm algumas oportunidades de feiras, eventos para exposição que os grupos esperam que a gente organize tudo. Então a gente tem uma preocupação muito grande de não estar alimentando aí um comodismo. Ao contrário, a gente quer que o grupo fique cada vez mais independente. Que eles saibam formar o preço do seu produto, que ele aprenda técnicas de vendas, de comercialização. Que conheça o processo de produção de seu produto. Pois ele tem o fazer, a prática, mas o grupo não sabe falar disso. Então ele fica sempre dependendo de um técnico. Pra vender o seu produto, pra falar porque o nosso detergente não faz espuma, porque ele é bio-degradado. O grupo de economia solidária respeita o meio ambiente, as vezes ele

não tem o discurso, né? Ele tem o fazer, mas não se apropria dele. Então, a gente tá muito atento, de fazer com que o grupo realmente conheça o processo e se apropriem e saibam internalizar esse processo. Então, a gente trabalha nessa perspectiva da independência, do empoderamento do grupo” (Representante da entidade A).

Para o representante de outra entidade de apoio, o objetivo é ajudar na criação dessas unidades, entretanto o mesmo entende que as unidades produtivas têm buscado criar uma independência das entidades.

“A maioria dos grupos que tiveram assessoria da entidade, eles hoje caminham com as próprias pernas. Quando eles chegam até a entidade para pedir uma ajuda, a entidade está respondendo legalmente porque em determinadas instâncias os grupos estão impedidos legalmente em estar, por eles mesmos, pleiteando recursos, vamos dizer em nível federal. Então quando o grupo tem algumas limitações eles recorrem a entidade. Então eu acho que não há uma dependência” (Representante da entidade B).

Para o representante de uma unidade de economia solidária, a gestão coletiva se expressa também nas relações interpessoais que os trabalhadores estabelecem nos processos de trabalho.

“Eu acho que pra gente ter uma gestão coletiva é falar aberto né, um depende do outro. Então fica como se fosse uma cadeia, todos trabalhando, todos naquele afinco, naquele incentivo. Então o trabalho coletivo é ser o mais transparente possível” (Entrevistado do Grupo 03- Cooperativa de mulheres voltada para a confecção de bolsas e acessórios).

Entendemos que essa fala expressa a vivência da gestão coletiva através do processo de aprendizagem apreendido nas relações transparentes que se estabelecem no cotidiano dessas unidades produtivas. Nessa perspectiva, ao compreender a gestão coletiva para além das relações capitalistas, fica ainda mais evidente quando, para o mesmo entrevistado, os mecanismos utilizados para a gestão coletiva, também se constroem nos espaços informais que os grupos estabelecem para discutir a condução dos processos de trabalho. Nesta direção, conforme o mesmo entrevistado relata:

“A gente sempre se reúne nos finais de semana para um bate-papo legal num almoço. Entendeu? É um trabalho bem divertido” (Entrevistado do Grupo 03 - Cooperativa de mulheres voltada para a confecção de bolsas e acessórios).

A noção da gestão coletiva que se constitui também no espaço informal como mecanismo utilizado para a organização do trabalho implica não só uma mudança cultural dos trabalhadores, mas também confirma que, nas unidades de economia

solidária, se constituem processos educativos, trocas de saber, que extrapolam o espaço da educação formal.

Refletir sobre as potencialidades dos espaços informais de formação que se constituem nas reuniões, assembléias, fóruns, encontros, entre outros espaços de articulação política das práticas de economia solidária, que sugerem a criação de relações sociais mais humanas entre educação e trabalho, é um grande desafio, diante do atual contexto neoliberal. Pois estamos acostumados, historicamente, na sociedade capitalista, aos processos educativos formais que voltam-se para instrumentalizar os trabalhadores prioritariamente para o aumento da produtividade, em conformidade com a acumulação do capital.

Valorizar os processos educativos que se desenvolvem nesses espaços informais não significa negar a importância do acesso à educação nas instituições formais de ensino. Mas, numa perspectiva ampliada da relação entre educação e trabalho, é importante compreender nesses processos produtivos as potencialidades da dimensão educativa constituída pelas classes subalternas. Na relação da economia solidária com a educação cabe ressaltar o depoimento de um dos representantes de uma entidade de apoio.

“A questão de uma educação na perspectiva da economia solidária tem que estar para todos e não somente para os grupos empobrecidos. Eu defendo que a economia solidária seja inserida no currículo escolar. E nessa questão do consumo, do respeito, das relações com as pessoas. Eu acho que os pressupostos dela são muito bacanas, pois parte da diversidade, do meio ambiente, da cultura da paz. Então esses pressupostos devem ser para todos”
(Representante da entidade A).

É interessante observar como é complexa e limitada, na contemporaneidade, a educação na perspectiva da economia solidária para o conjunto da sociedade brasileira. Num contexto em que a educação segue, fundamentalmente, as determinações do capital, o que se percebe é que os princípios e valores da economia solidária estão circunscritos, embora fragilmente, nas práticas produtivas desenvolvidas pelos grupos subalternos. Nos espaços educativos informais, esses segmentos, diante da necessidade econômica, desenvolvem habilidades e conhecimentos (autogestão, solidariedade, distribuição coletiva da produção, etc...) entre si, na busca imediata da sobrevivência, que, por outro lado, sugere embriões de um novo sentido do trabalho. Portanto, esses pressupostos da educação na perspectiva da economia solidária para o conjunto da sociedade implicam a constituição de uma lógica socialista. Movimento que, como sinalizamos, não caberá a um grupo isolado.

Outro aspecto a refletir na constituição dos espaços educativos informais refere-se ao processo de participação nos espaços coletivos construídos em torno das atividades produtivas de economia solidária. Embora a maioria dos grupos entrevistados aponte a participação nas assembléias, reuniões e fóruns como espaços importantes para a formação e fortalecimento dos grupos, para o conjunto das unidades entrevistadas constatamos sérias dificuldades para efetivar esses espaços coletivos.

“A gente faz assembléias, a gente tenta fazer, né? Faz assembléia, faz reunião todo mês. A gente tá até devendo fazer toda semana, que a idéia é essa, reunião toda semana pra prestar conta, porque lá tudo é muito claro. Pra que todo mundo tenha consciência e realmente participe, porque todo mundo ganha igual independente do que faz. Então, realmente a gente tá devendo, a gente tá com idéia de fazer mais formação, mais encontros, precisa pra conscientizar, principalmente pras pessoas que estão chegando” (Entrevistado do Grupo 10 – Cooperativa voltada para a confecção de peças de vestuário).

A criação de espaços de formação e encontros informais sugere algumas possibilidades e desafios na efetivação da gestão coletiva, que apontam para potencialidades dos processos educativos dos grupos de economia solidária, assim como da articulação política entre os mesmos – mas que ainda refletem vários limites diante da realidade em que se desenvolvem essas práticas.

Para outro grupo, a visão da participação na gestão coletiva se confunde com o que cada associado sabe fazer melhor. Na fala do entrevistado abaixo, percebemos que as potencialidades individuais é que definem a organização do trabalho coletivo, na medida em que não há discussão entre os integrantes do grupo sobre como realizarão a gestão coletiva na condução dos processos de trabalho.

“Por exemplo, se tem algum recado pra dar eu vou lá e comunico uma por uma. E aí a gente vai trabalhar. Quando tem que fazer compra, uma vai lá e compra as matérias-primas. E aí cada um vai lá e faz a sua parte. Cada um toca naquilo que sabe” (Entrevistado do Grupo 04 – Associação voltada para a fabricação de produtos de limpeza).

Travestido de um tipo de comunicação direta e objetiva entre os associados, que não resulta na discussão coletiva sobre os procedimentos que serão tomados conjuntamente no trabalho, no depoimento acima percebemos que a visão de gestão coletiva se reduz à tarefa de comunicar o que cada integrante do grupo irá fazer.

Neste ponto, cabe problematizar a gestão coletiva, em referência a uma cultura sem tradição participacionista. No cenário brasileiro, apesar de alguns estudiosos apontarem os anos 1980 como a década perdida em função do crescimento econômico e

reestruturação do mercado de trabalho, neste período, politicamente a sociedade civil fortalece a participação através de processos democratizadores. Exemplo disso foram as conquistas no campo dos direitos sociais com a aprovação da Constituição de 1988. Contudo, desde os anos 1990, com a vitória de Collor de Mello, este projeto vem sofrendo um desmonte. Se por um lado, podemos perceber o surgimento, nos anos 1990, de movimentos e organizações populares da sociedade civil na definição dos instrumentos democráticos de participação política na defesa dos interesses coletivos das classes trabalhadoras, por outro, as propostas participativas e descentralizadoras inserem-se dentro de uma tendência mundial dos países centrais, onde a direção é dada pela incorporação das idéias neoliberais.

Contudo, a literatura mostra também algumas possibilidades e conquistas na retomada da participação da sociedade civil nos anos 1990¹⁶, através da dimensão política nos diferentes espaços democráticos da realidade brasileira.

As práticas de economia solidária revelam essas contradições na incorporação do modelo de gestão coletiva pelos integrantes dos grupos. Mas podemos perceber nas falas dos entrevistados abaixo também o esforço de discussão e condução coletiva do processo de trabalho.

“As decisões são tomadas em grupo, eu sou o líder do grupo, mas eu não tomo nenhuma decisão sem o grupo estar ali presente. Eu passo as informações, a gente discute em grupo, a gente vai fazer isso ou a gente não vai fazer? O líder faz o papel de tá fazendo o contato com o cliente, de tá pegando as encomendas. Aí o líder senta com o grupo, passa a proposta do cliente e o grupo discute e decide como vai fazer, tudo junto” (Entrevistado do Grupo 05 – Associação voltada para a fabricação de produtos alimentícios).

“Cotidianamente todos os encaminhamentos que precisam ser dados a gente discute. Como o grupo é pequeno a gente faz isso sempre. É claro que depende da questão, do nível da urgência. Toma a decisão quem tá responsável por aquilo. E submete depois a apreciação do grupo. Como o grupo já tem uma certa vivência você já sabe o que tem pra ver, pra decidir, e que não vai ter problema no grupo. E o que você não pode decidir, já sabe disso de antemão. Mas aí a nossa dinâmica é tentativa de assembléias mensais pra discutir, pra planejar, pra organizar a vida. Nem sempre com cem por cento das pessoas, mas é essa a dinâmica” (Entrevistado do Grupo 09 – Cooperativa de formação e qualificação de projetos sociais).

As reuniões e assembléias possibilitam espaços democráticos de discussão entre os trabalhadores sobre questões que emergem da condução dos processos de trabalho cotidiano, e extrapolam as relações diretas de produção. Mais uma vez, essa realidade

¹⁶ Ver Dagnino, Tatagiba (2002); Paoli e Telles (2000); Telles (2006).

sugere a presença de processos de aprendizagem que se constituem a partir das práticas produtivas. Nos depoimentos dos entrevistados abaixo percebemos essa articulação.

“... é engraçado que principalmente nas reuniões às vezes saem brigas, não no sentido de porrada, mas de posições diferentes. São discussões, e a gente fica as vezes até nove horas da noite numa reunião que começou as quatro. Discutindo assuntos que a gente fica lá tentando matutar o que a gente pode fazer pra que as coisas dêem certo. E quando a gente vai vendo essas...coisas acontecendo, as pessoas discutindo, as pessoas falando, se posicionando, as pessoas tentando fazer as coisas andarem, a gente vê que por um lado as coisas tão caminhando, entendeu?” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).

“Através do nosso trabalho a gente tá criando uma relação mais humanizadora, com solidariedade e que tem modificado nossa vida” (Entrevistado do Grupo 07 – Grupo de produção de atividades artísticas – teatro e música).

Mesmo considerando que essas unidades produtivas de economia solidária estejam inseridas no contexto capitalista e para ele contribuam, entendemos com Tiriba que *“qualquer espaço onde os homens desenvolvem relações sociais apresenta-se como um espaço educativo que, ainda que singular, não está isolado do contexto maior que o produz”* (Tiriba, 2001: 213). Mas, concomitantemente, é preciso compreender que as práticas de economia solidária na sua heterogeneidade expressam um conjunto disperso de experiências marcadas pelas contradições que envolvem tanto os processos educativos, quanto os processos “deseducativos” (ibidem), estes últimos em conformidade com a sociabilidade do capital que fortalece a competitividade, o individualismo.

Embora no processo de gestão coletiva os trabalhadores apresentem limitações na sua percepção e desenvolvimento dos processos de trabalho, constatamos na pesquisa de campo que o solidarismo, ainda que marcado por diversas concepções, converte-se efetivamente em sustentáculo dessas unidades. A solidariedade revela-se como um elemento importante na condução do trabalho, na medida em que os associados passam a estabelecer laços de identidade entre si, fortalecendo objetivos comuns. Nesse ponto, podemos inferir que os laços que os associados estabelecem entre si é o que mantém algumas unidades produtivas em funcionamento.

“A gente tem preocupação de passar as coisas que aprende para as outras aqui. E através dessa ação solidária que a gente pode ajudar as outras. Nós tentamos ter uma ação solidária uma com as outras no nosso trabalho, participando e levando o conhecimento” (Entrevistado do Grupo 01 - Grupo de produção de peças íntimas).

“A gente adora vir aqui para poder conversar. Nós somos muito amigas. Da construção dessa amizade, de tá uma sabendo da vida da outra, uma se preocupando com a outra, e por todos esses anos de convivência o que sustenta hoje o grupo é essa amizade. Apesar da gente ter esse tempo todo de trabalho (desde 2003) a gente ainda não se sustenta com o produto do grupo. Então o que mantém o trabalho é o gosto realmente de estar trabalhando aqui com essas pessoas” (Entrevistada do Grupo 06 – Associação voltada para a produção de bolsas e acessórios).

Como mencionamos, embora muitas vezes reduzida à solidariedade, na perspectiva da ajuda e da caridade, é a partir da vivência desses laços que esses segmentos se unem e buscam fortalecer suas práticas. Na perspectiva da “ajuda”, a solidariedade é um valor considerado importante pelos trabalhadores, pois fortalece os laços de identidade e contribui para direcionar os processos de trabalho de forma coletiva, objetivando a garantia da renda.

Cabe, contudo, esclarecer que não defendemos a perspectiva da solidariedade tão difundida na contemporaneidade, que reatualiza a filantropia, a lógica caritativa do voluntariado e da benemerência, traduzidas pelas tentativas de esvaziamento do seu conteúdo político pela investida neoliberal. Mas defendemos que, em conformidade com os interesses das classes subalternas é preciso avançar na apreensão da solidariedade nas práticas de economia solidária. Solidariedade essa, retomada na perspectiva política de construção de espaços de discussão e, efetivamente públicos e democráticos.

A reflexão sobre a solidariedade no desenvolvimento dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária também está relacionada à necessidade de compreensão dos discursos e práticas difundidos pela ofensiva neoliberal que concebem a solidariedade na versão comunitarista. Nessa direção, a lógica é minimizar os conflitos sociais gerados pela relação capital/trabalho, através de parcerias do Estado com a sociedade civil.

Assim, a vivência nessas unidades produtivas da solidariedade política é marcada por ambigüidades. As determinações da ideologia neoliberal e a própria limitação do acesso dos subalternos ao campo da educação formal de qualidade são elementos que contribuem para a falta de consciência de classe. Portanto, tornam-se elementos que dificultam a constituição da solidariedade e da gestão coletiva numa perspectiva política e crítica. Em oposição, não podemos desconsiderar que é nesse espaço que, se

constituem processos educativos informais¹⁷, que vêm contribuindo para que os segmentos das classes subalternas desenvolvam uma maior consciência política, apontando para processos embrionários de participação e para a necessidade da construção de uma sociabilidade mais democrática.

Embora se constituam por práticas marcadas por inúmeras limitações no acesso à renda, é importante compreender, sob a perspectiva dos sujeitos sociais, essas experiências, que vêm sinalizando mudanças de comportamento e valores na direção de uma maior politização desses segmentos.

É evidente que esta é uma perspectiva em que se devem considerar os processos, num movimento em curso, e de construção futura. Entretanto, os resultados no campo educativo devem articular-se aos movimentos mais amplos na luta pela transformação social.

No desvendamento do movimento histórico da realidade social, compartilhamos do ponto de vista de Semeraro (2004), quando retoma em Gramsci o caminho para a transformação social através da politização dos subjugados e da auto-educação, a partir do mundo da produção. Apontando para o significado da “filosofia da práxis” em Gramsci, Semeraro abre destaque para:

“... a capacidade dos trabalhadores desenvolverem sua própria concepção de mundo, suas organizações, sua subjetividade, enquanto estão imersos nos processos mais avançados de produção e conhecimento. Portanto, a criação de uma nova sociedade libertada da dominação do capital não acontece à parte, longe dos processos históricos existentes, fora da política, do mundo do trabalho e dos avanços da ciência. Para Gramsci, o segredo para chegar à hegemonia é a capacidade de elaborar, no interior do sistema existente, a própria identidade, as representações próprias que possam levar à superação da discrepância criada pelo capitalismo entre o fazer e o saber, entre a produção e a consciência, entre a economia e a política. A principal arma de um grupo social, como se sabe, é a sua identidade. E essa, mesmo dolorosamente, pode ser construída pelos subjugados, até nas condições mais adversas” (2004: 270).

Potencializar essa capacidade dos subalternos é tarefa que envolve uma outra concepção de educação, que difere da que historicamente é utilizada como mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema capitalista nos espaços das instituições educacionais formais.

¹⁷ Dentre esses espaços destacamos aqueles onde se desenvolvem as próprias atividades produtivas, as reuniões nos grupos, os espaços de articulação dos fóruns, assim como os espaços de aprendizagem dentro das comunidades em que esses grupos estão inseridos.

Nesta direção, como trataremos posteriormente em Meszáros (2005), a proposta é concretizar, no âmbito da educação, soluções *essenciais* e não apenas *formais*, que contribuam para mudanças radicais na atual estrutura da sociedade do capital. É nesse sentido que o autor aponta como caminho a concepção ampla de educação, que compreende a aprendizagem como um processo contínuo que se desenvolve em várias dimensões da vida cotidiana, para além da “*estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada*” pelo capital. Esta é a visão de educação importante a ser analisada nos espaços produtivos da economia solidária.

Nos espaços da economia solidária, a gestão coletiva é um dos elementos que expressam a dimensão dos processos educativos. Enquanto forma de organização do trabalho que se caracteriza pela natureza democrática, a gestão coletiva implica posicionamento, troca de idéias, poder compartilhado, tomada de decisão entre o coletivo dos trabalhadores. Isso se dá também através dos processos educativos informais que se constituem nesses espaços de trabalho, através das reuniões, assembléias e do próprio trabalho cotidiano. Conseqüentemente, essa concepção da gestão coletiva interpela os trabalhadores para que mobilizem seus saberes, seus conhecimentos acumulados para o exercício da atividade produtiva autogestionária.

No entanto, é importante compreender que, no contexto atual, a gestão coletiva¹⁸ assume caráter contraditório e, conseqüentemente, interfere nas práticas associativas. Se por um lado a lógica capitalista se apropria do discurso da gestão coletiva visando, a aumentar a produtividade, a maximização do capital, por outro, ela parece ressignificar práticas sociais, como a economia solidária, direcionadas para um tipo de organização do trabalho fundada na repartição do poder e dos ganhos entre o coletivo dos trabalhadores, visando à maximização das necessidades humanas. No depoimento de um dos entrevistados, colhemos duas falas onde essas contradições que envolvem a gestão coletiva sinalizam alguns equívocos.

“... tem muita gente aqui no grupo que acha que ‘fulana’ é a patroa. Fala que ela é que vai pagar o salário. E acham que quem está lá na administração, independente de ter serviço ou não, tem que dar conta desse dinheiro, desse salário dele no final do mês. Às vezes muitos de nós não têm consciência de que todos tem que fazer parte

18 “(...) a idéia da autogestão ressurgue com força atual, muito em função dos efeitos perversos da reestruturação produtiva: o desemprego. Daí o caráter plural da sua compreensão. De um lado, a autogestão assume uma conotação fortemente econômica, associada a uma necessidade gerencial capaz de salvar empresas da falência e evitar o desemprego em massa, e de outro, ressurgue retomando as lutas políticas e ideológicas que deram origem ao conceito, isto é, associada a um ideal utópico, de transformação e de mudança social” (Albuquerque, 2003: 22).

da cooperativa” (Entrevistado do Grupo 10 – Cooperativa de confecção de peças de vestuário).

“... todo mundo tem consciência de tudo no trabalho e participa de tudo junto. E todo mundo ganha igual independente do que faz. Pois o objetivo aqui é atender nossas necessidades” (Entrevistado do Grupo 10 - Cooperativa de confecção de peças de vestuário).

Nos depoimentos acima, o mesmo entrevistado mostra duas posições na apreensão da gestão coletiva. Na primeira fala, há uma percepção de que para alguns associados permanece a noção de que a gestão coletiva deve ser direcionada pela figura do patrão, percebida como garantia de salário no final do mês. Entretanto na segunda fala, para o mesmo entrevistado, há uma percepção de que todos os trabalhadores têm consciência do trabalho cooperativo e participam de todas as atividades conjuntamente. Sem dúvida, no atual contexto histórico, a organização do trabalho através da gestão coletiva não se dá de uma forma linear, pois as unidades produtivas de economia solidária se caracterizam por práticas heterogêneas, e marcadas pelas próprias contradições inerentes ao sistema capitalista. Dessa forma, as falas acima revelam inconsistência da visão do entrevistado na apreensão da gestão coletiva, o que acaba gerando alguns equívocos na apreensão que os associados fazem da gestão coletiva nas práticas de economia solidária.

Outra dificuldade constatada na gestão coletiva, e que limita a intencionalidade de práticas democráticas e mais horizontais, está na histórica relação patrão/empregado, fortemente incorporada pela maioria dos trabalhadores¹⁹. Através das falas dos entrevistados, ainda prevalece uma dependência do controle, da liderança, das relações de mando entre patrão/empregado. E isso também é fruto de nossa cultura brasileira. Uma cultura definida pela histórica submissão às ordens do patrão, e que acaba trazendo implicações nos processos de trabalho das unidades de economia solidária, na medida em que os próprios associados não parecem estar preparados para o desenvolvimento da autogestão. Ao ressaltar essa relação de mando tão naturalizada no cotidiano de trabalho, Tiriba destaca que:

“Na verdade, muitos trabalhadores e trabalhadoras seguem culturalmente impregnados pela lógica de ter alguém que decida, que seja responsável para dizer que é o que os outros têm de fazer, como devem comportar-se, etc.” (2001: 279).

¹⁹ Não só porque as relações sociais no Brasil são hierarquizadas. Mas os limites de se configurar, na contemporaneidade, práticas democráticas e horizontais se inscrevem na contra-mão da ordem neoliberal.

Sobre como essa cultura de relações hierarquizadas patrão/empregado está presente nos processos de trabalho associativos e acabam interferindo na forma como os trabalhadores apreendem essa relação, constatamos na fala de um dos entrevistados que:

“Para as pessoas que antes eram empregados é uma relação complicada. Porque eles nunca tiveram a oportunidade de seguir, de começar uma coisa que elas pudessem dar opinião, que elas pudessem fazer acontecer. E agora têm. Só que às vezes elas ficam esperando as ordens. E isso não é o que a gente quer. A gente quer que as coisas sejam compartilhadas em conjunto” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).

Essa fala do entrevistado expressa como para os trabalhadores associados em geral o processo de trabalho ainda está baseado na relação patrão/empregado, forjada pela sociabilidade do capital que permeia as relações sociais vigentes. Porém, constatamos que, ao mesmo tempo em que o entrevistado critica a forma como alguns trabalhadores estabelecem e apreendem essa relação patrão/empregado, ele reproduz a sociabilidade do capital ao declarar que:

“É lógico que tem coisas que tem que funcionar como se fosse uma empresa, né? Pelo fato de que o próprio trabalho algumas vezes exige isso. Até mesmo a lei de mercado exige isso” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).

A percepção da presença do patrão e da subalternidade arraigadas na cultura dos trabalhadores das unidades de economia solidária, é parte de uma construção histórica que vivenciamos enquanto sujeitos sociais inseridos na sociedade salarial. Nessa direção, o depoimento abaixo também comprova como a dependência do patrão ainda é viva nos processos de trabalho das unidades de economia solidária.

“A gente tem companheiros que esperam que alguém diga o que tem que ser feito... é da nossa cultura histórica, do nosso tempo. Nossos avós viveram em ambientes assim, nossos pais e nós vivemos e crescemos em ambientes assim. E se a gente não tomar cuidado... nós vivemos numa sociedade aonde a gente é mandado o tempo todo. E são poucos aqueles que efetivamente mandam. Então isso é da nossa cultura, da nossa respectiva história, e a gente tem que mudar isso. E no processo de formação, na nossa escola, porque o professor cobra, pressiona... A gente só estuda porque o professor tá no nosso pé... Se deixava mais por nossa conta, a gente também dava uma amolecida, uma relaxada. Então é assim, é do nosso processo de organização social, nosso modo de vida, digamos. E a gente tem que buscar conceitos diferentes” (Entrevistado do Grupo 09 – Cooperativa para formação e qualificação de projetos sociais).

Os espaços de formação, principalmente as instituições educacionais formais, reproduzem essa cultura de relações hierarquizadas, inerente às relações entre capital x trabalho, e cumprem sua função de garantir as condições necessárias para a reprodução do modo de produção capitalista. Mas é preciso compreender também como serão tratados os espaços informais constitutivos da economia solidária como assembléias, reuniões, fóruns que sinalizam possibilidades de superar essas relações hierarquizadas, solidificadas na cultura brasileira.

No entanto, apesar de termos clareza de que as práticas de economia solidária sofrem as determinações da estrutura vigente, os conceitos apreendidos nessas práticas, como solidariedade, cooperação, gestão coletiva, numa perspectiva intra-classes, revelam processos educativos informais, importantes de serem analisados na constituição dessas atividades produtivas. O relato de um dos entrevistados demonstra como o controle e a gerência no processo de trabalho são incorporados e vivenciados pelos associados na perspectiva de construção de relações horizontais.

“Hoje em dia ninguém aceita o chefe. Você fala alguma coisa e as pessoas falam assim... quem tem chefe é índio. Não existe essa que eu sou patrão e o que eu falar elas vão acatar... Não... se elas não concordam elas se posicionam...” (Entrevistado do Grupo 05 – Associação para a fabricação de produtos alimentícios).

Para a maioria dos grupos entrevistados, embora as unidades produtivas ainda não tragam retorno financeiro, a gestão coletiva na perspectiva da economia solidária tem contribuído para que os trabalhadores construam uma nova concepção, não só de gestão do trabalho, como mudanças de atitudes em outras dimensões da vida cotidiana. Em outro depoimento de um trabalhador associado constatamos essa tendência.

“Eu era uma pessoa triste, infeliz, cuidava da casa, marido, de filho, não vivia mais nada. Minha vida era aquilo! Eu quero dizer para as mulheres de hoje que vivem como eu era antes, que acredite que você é uma pessoa inteligente e corra atrás de algo bom. Eu descobri isso aqui na cooperativa” (Entrevistado do Grupo 05 – Associação para a fabricação de produtos alimentícios).

A partir dessas observações, apesar dos limites já mencionados em referência às práticas de economia solidária, que são antes de tudo estratégias de sobrevivência diante do desemprego estrutural, não se pode desprezar suas potencialidades educativas. No entanto, adotando uma perspectiva de totalidade na análise das práticas desses grupos de economia solidária é preciso não dissociar a reflexão dos resultados de caráter educativo, das possibilidades de sua consolidação econômica.

É nessa direção que a abordagem desta tese define como foco de análise a relação educação/trabalho que se constrói nas práticas produtivas de economia solidária no estado do Espírito Santo, onde o processo de formação revela-se um dos desafios.

5.4.

O papel das entidades de apoio na formação dos grupos de Economia Solidária

No campo da formação dos grupos de economia solidária, apesar de se constituir numa recente frente de trabalho, como mostraram as entidades de apoio pesquisadas no estado do Espírito Santo, estas cumprem um importante papel no processo de capacitação e formação²⁰ das unidades de economia solidária. Pois a pesquisa mostrou que são as entidades de apoio que subsidiam os grupos através de projetos voltados para esta finalidade.

No Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 8.256, em 16 de janeiro de 2006 é instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária – PEFES. No artigo 5º, as entidades de assessoria e fomento são definidas como aquelas instituições para fins não econômicos que, segundo os princípios da economia solidária, tem como papel:

- “I. assessorar e apoiar o setor da economia solidária
- II. desenvolver trabalhos de pesquisa, elaboração e sistematização de dados sobre Economia Solidária”.

Embora a Lei nº 8.256, que institui a Política Estadual de Fomento a Economia Solidária, não especifique o papel das entidades junto ao processo de formação e capacitação das unidades de economia solidária, a pesquisa de campo revela que projetos das entidades direcionados para a capacitação dos grupos têm sido uma das principais atividades demandadas e realizadas pelas entidades de apoio aos grupos de economia solidária no Espírito Santo.

²⁰ Apesar de no projeto desta tese termos ressaltado como um dos objetivos analisar o papel das entidades junto aos grupos de economia solidária, o desenvolvimento da pesquisa nos levou a privilegiar como objeto central de estudo a análise dos processos de trabalho que se constituem nas unidades de economia solidária do estado do Espírito Santo. Entretanto, é na explicitação desses processos de trabalho que situamos a importância do papel das entidades no desenvolvimento dos mesmos.

Como já nos referimos no início deste capítulo, apesar do papel das quatro entidades pesquisadas se situar especialmente no campo da mobilização política e da formação, pudemos constatar que ainda se trata de um processo em construção, e marcado por uma série de limitações institucionais.

Dentre tais limitações, constatamos na pesquisa de campo que, para as quatro entidades de apoio cujos representantes foram entrevistados, um dos grandes problemas enfrentados volta-se para o reduzido número de profissionais disponibilizados para trabalhar no apoio às unidades de economia solidária. Os depoimentos abaixo expressam algumas dessas dificuldades:

“A formação que a gente dá para os grupos a partir da questão dos princípios da economia solidária, do trabalho coletivo a nossa assessoria está um pouco fraca. A gente não tem pés para estar indo nos empreendimentos. Vira e mexe a formação acaba sendo uma ação muito pontual. Antigamente a entidade ajudou muitos grupos, muitas associações daqui do município, ajudou na formação e na constituição legal dos grupos. E as associações que foram formadas pela entidade, se for fazer uma comparação com as outras que estão surgindo agora, o acúmulo político das outras que receberam essa formação política mostra que os grupos antigos são bem mais fortes. Tem um poder de barganha bem mais forte do que os outros” (Representante da Entidade B).

“A gente faz intervenções pontuais, quando a gente é convidado a ir a um empreendimento e trabalhar temas gerais ou temas específicos. A gente constrói com alguns grupos um plano de ação que a gente tenta cumpri-lo, que passa desde a formação e que se mistura com a incubação do empreendimento. Porém o grupo tem demandas diversas que a gente não consegue atender porque depende de saberes muito específicos que a gente não detém. E eu enquanto representante da entidade, eu tenho que correr atrás de pessoal, eu tento fazer outras articulações para tentar uma formação para os grupos” (Representante da Entidade A).

“Nós estamos com dificuldades na articulação e assessoria aos grupos porque a equipe é muito pequena. Hoje está reduzida a um técnico. Por isso a capacitação dos grupos fica muito limitada. Mas dentro do possível, a gente busca trabalhar com o desenvolvimento sustentável dentro dos Projetos que a entidade desenvolve para a economia solidária” (Representante da Entidade D).

“Hoje a gente não tem uma estrutura de apoio montada só para a economia solidária. Há dificuldade financeira e não temos uma pessoa voltada para essa área. Então esse acompanhamento e formação dos empreendimentos ainda é precário. Mas tem uma proposta do governo de implantar o PLANSEQ – Plano Setorial de Qualificação. Não sei como isso vai ser. Mas é uma qualificação em economia solidária e a gente vai estar discutindo esse ano” (Representante da Entidade C).

Outro problema na relação dos grupos com as entidades de apoio é que, hoje, uma das dificuldades vivenciadas pelo FEPS – Fórum Estadual de Economia Popular Solidária do

Estado do Espírito Santo – é fazer com que os sujeitos da base dos grupos de economia solidária integrem a coordenação do mesmo. Desde a criação do FEPS, em 2001, a maioria dos integrantes da coordenação é procedente das entidades de apoio, particularmente do CDDH e da Cáritas, entidades essas que auxiliaram diretamente a organização desse espaço de articulação política no estado. Contudo, é preciso que o FEPS fortaleça seus vínculos com sua base social, contribuindo para que os grupos tenham autonomia na direção política do movimento.

A constatação dessas dificuldades vivenciadas pelas entidades de apoio nos leva à reflexão das relações engendradas na atual conformação do Estado neoliberal na realidade brasileira. Como vimos anteriormente, a partir dos anos 1990, o ideário neoliberal no Brasil, no trato com o desemprego, se volta para ações pontuais e fragmentadas, que não reduzem, nem de longe, o problema do desemprego vivido pela maioria da população brasileira. Como sinalizamos no Capítulo 3, a nova geração das políticas de emprego é expressão, a partir dos anos 1990, da conformação no Brasil dessa política neoliberal.

Dentre as ações do Estado para o enfrentamento das expressões da questão social, crescem as parcerias com as ONGs para criação de projetos e programas de capacitação e geração de renda voltados para os segmentos das classes subalternas. No mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES, um dos resultados constatados no Brasil revela a predominância das ONGs, dentre as entidades de apoio à economia solidária. Esse resultado também foi identificado no estado do Espírito Santo. Decorre daí vários limites na atuação dessas entidades junto às unidades de economia solidária. A primeira questão fundamental nessa reflexão é que, para o enfrentamento do desemprego, desloca-se o foco da relação capital/trabalho, para ações pontuais. Além disso, o repasse das responsabilidades do Estado na elaboração e execução de políticas sociais direcionadas para enfrentar o desemprego cabe, agora, às ONGs. Assim, a política de “parcerias”, vem como uma forma de suprir a redução do papel do Estado no gasto público social, deixando que empresas privadas, ONGs e outros organismos do Terceiro Setor possam ser os gestores de programas sociais para o combate ao desemprego.

Diante do exposto, o problema nessas parcerias preconizadas na atual relação público e privado, particularmente no trato com o desemprego, se traduz com fortes componentes do capital. Segundo Montaño:

“... a chamada ‘parceria’ não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela ONG. E essa verdadeira transferência de recursos públicos para setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental” (2002: 146).

Essas parcerias denotam também uma estratégia neoliberal de acomodação da luta de classes, na medida em que se desloca o problema do desemprego da relação capital/trabalho para soluções pontuais, fragmentadas em grupos específicos, que contribuem para aprofundar a fragilidade do movimento das classes trabalhadoras, na medida em que neutraliza possíveis potencialidades reivindicativas dos subalternos, assim como os antagonismos de classe. Decorre daí a análise crítica, contundente, de autores de tradição marxista, sobre a incorporação da economia solidária pela política oficial dos governos, assim como pelo interesse de diversos organismos internacionais, na difusão de experiências nesse campo. Preocupação esta extremamente relevante.

A partir dessas observações, e considerando o fato de que a economia solidária é uma prática recente na realidade brasileira, podemos entender a fragilidade político-organizativa também das entidades de apoio no estado do Espírito Santo que, de certa forma, vêm sendo contaminadas pela estratégia de ação do Terceiro Setor. Conforme constatado na pesquisa de campo, isso se expressa seja por conta das dificuldades de financiamento e repasse de recursos para manutenção de equipes técnicas e desenvolvimento de ações das entidades, seja pela mão-de-obra especializada escassa para o universo das unidades produtivas que demandam ações no campo da formação de recursos humanos para as práticas da economia solidária.

Diante da lógica neoliberal, como expressa o depoimento de um dos representantes de entidade entrevistados, um ponto fraco destacado na conformação da economia solidária no estado volta-se especialmente para a falta de recursos públicos para investir nos grupos de economia solidária.

“Eu acho que há grande dificuldade de ativar os recursos públicos para se investir na economia solidária, investir diretamente nos empreendimentos. Para você conseguir um desses recursos você tem que ter ou um bom “lobby” lá dentro onde você vai tentar apresentar o projeto. Ou então apresentar para os caras um baita projeto para poder interessar. O que não necessariamente garante o recurso para os grupos” (Representante da entidade B).

Portanto, o papel das entidades de apoio pesquisadas, na formação dos quadros integrantes das unidades de economia solidária, não está isento da condução da

ideologia neoliberal, que busca impor um tipo de formação fragmentada e precária aos segmentos mais pauperizados. Os depoimentos demonstram que os recursos e profissionais para o desenvolvimento da formação/capacitação são poucos, o que pode ser compreendido diante da falta de responsabilidade do Estado no trato com a questão social do desemprego.

Souza (2007), ao desenvolver uma análise sobre a formação a partir do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador/PLANFOR de 1995 a 2001, mostra que, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, diante do desemprego estrutural, a educação profissional perde a função de qualificar mão-de-obra para a produção. Pois o novo padrão de acumulação prescinde de um número maior de trabalhadores qualificados. É nesse contexto que a autora mostra que a formação profissional passa, então, a preparar trabalhadores para sobreviverem no mercado informal.

“... A qualificação oferecida pelo PLANFOR não atende as demandas do mercado de trabalho, cumpre determinadas funções: assiste temporariamente o trabalhador; prepara a mão-de-obra para o trabalho ‘sujo’; arrefece a pressão sobre o mercado de trabalho. Tais funções, contraditórias aos ousados objetivos estabelecidos pelo Programa de ‘reduzir o desemprego e o subemprego da PEA; combater a pobreza e a desigualdade social; elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo’ estão de acordo com o histórico tratamento dado à educação profissional no Brasil. Aqui, a formação profissional sempre foi direcionada para disciplinar os pobres. São eles que se submetem aos trabalhos ‘sujos’ e pesados. São eles que precisam ser contidos para evitar conflitos sociais” (SOUZA, 12º CBAS: 2007).

Sem perder de vista esse tipo de capacitação que os programas de governo buscam implementar, diante da necessidade de manter o controle sobre as classes trabalhadoras, é possível afirmar que a capacitação empreendida pelas entidades de apoio aos grupos de economia solidária não está isenta da lógica neoliberal. Concepção esta que, na perspectiva do mercado, vem se delineando na contemporaneidade.

No entanto, de um ponto de vista crítico, a capacitação empreendida por essas entidades não deve ser reduzida a uma dimensão meramente instrumental, isto é, tomada apenas como ferramenta para a reprodução da lógica do capital. Discordamos dessa visão unilateral, pois a tese defendida aqui é que a capacitação/formação empreendida pelas entidades de apoio às unidades produtivas de economia solidária também vem possibilitando aos diferentes sujeitos sociais, ainda que embrionariamente, saberes e conhecimentos mais politizados.

Em meio aos conflitos e disputas políticas, o papel das entidades na formação/capacitação dos grupos de economia solidária esbarra em alguns problemas na área da educação formal. Na literatura especializada ressaltamos dois problemas. O primeiro, o fato de que ainda encontramos muitos segmentos das classes subalternas, dentre eles, os trabalhadores das práticas de economia solidária, que não tiveram até hoje acesso à escola. O segundo problema revela-se pelo fato de que, quando os trabalhadores, e não somente aqueles das classes subalternas, têm acesso à educação formal, trata-se de um tipo de educação historicamente vinculada aos interesses de reprodução do capital. Como Souza (2007) destacou, para os segmentos das classes subalternas essa formação é ainda mais precária, na medida em que a educação profissional volta-se hoje, para os trabalhos mais “sujos” e “pesados”.

Ainda que não tenhamos acesso a nenhuma pesquisa que expresse estatisticamente os dados da educação formal dos trabalhadores inseridos nas práticas de economia solidária²¹, a baixa escolaridade tem sido apontada pelos estudiosos da área da educação como o “calcanhar de Aquiles²²” dos trabalhos associativos.

Embora essas práticas, como vimos afirmando nessa tese, se traduzam também em espaços educativos que elaboram conhecimentos e saberes que os trabalhadores mobilizam no desenvolvimento dos processos de trabalho, é preciso ter clareza que “*esse espaço educativo não substitui o espaço educativo escolar*” (Tiriba, 2001: 211). Portanto, ainda que o conhecimento não seja a tábua de salvação para os problemas da humanidade, no desenvolvimento dos processos de trabalho, entre eles o das práticas de economia solidária, a educação revela-se como um dos grandes desafios enfrentados para a consolidação do princípio da autogestão.

Na pesquisa de campo realizada junto às 10 unidades produtivas de economia solidária, embora nossa investigação não tenha como perspectiva analisar a questão da escolaridade, esta é uma dimensão que aparece como uma das maiores dificuldades apontadas pelos associados na condução dos processos de trabalho.

²¹ Os dados do mapeamento realizado pela SENAES sobre o quadro da economia solidária no Brasil não objetivou o levantamento de dados sobre o perfil dos associados das cooperativas nesta perspectiva. Em nossa pesquisa também não tivemos como objetivo traçar o perfil dos associados. E ainda que tenha surgido o interesse, o tempo disponível não nos possibilitou maiores avanços na pesquisa de campo. Entretanto, trata-se de uma área que carece de maiores esclarecimentos, sobre quem são os sujeitos sociais que fazem parte da economia solidária. Portanto, trata-se de uma pesquisa que nos desafia a futuros investimentos.

²² Como já vimos, em nossa pesquisa de campo essa também é uma preocupação e dificuldade constantemente apontada na fala dos entrevistados dos grupos de economia solidária.

Por outro lado, foi possível constatar na pesquisa que, frente às dificuldades vivenciadas por esses segmentos em gerir seu próprio trabalho, a inserção nas unidades de economia solidária tem incentivado alguns trabalhadores a retornar aos bancos escolares. Conforme ressalta um dos entrevistados:

“... após a nossa participação no grupo a maioria voltou a estudar, né? Eu estou fazendo design, o X e Y estão fazendo curso técnico, tem a Z e a H que tão fazendo pré-vestibular. A Z passou no vestibular no ano passado, só que perdeu o período de matrícula. Ela passou pra Letras. Tem a M que também voltou a estudar. A T que conseguiu terminar o segundo grau. Aí a gente vai ver se após os seis terminando essa questão de estudo, a gente entra com mais força na questão da produção. O meu curso mesmo vai ajudar e muito na questão do quê e como produzir, a forma mais rentável do grupo, evitar a questão do desperdício, que outras técnicas a gente pode tá inserindo nas atividades né?” (Entrevistado do Grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas – artesanato e teatro).

Com certeza a baixa escolaridade desses segmentos significa um obstáculo a ser superado no desenvolvimento do seu trabalho cooperativo. Mas cabe lembrar que o processo de formação ampliado de que estamos falando se constitui tanto no campo da educação formal, como principalmente na valorização dos espaços informais vivenciados no cotidiano dessas atividades produtivas. Por exemplo, os espaços dos fóruns, assembléias, encontros, seminários conformam processos educativos além daqueles circunscritos às demandas do capital²³. Nesses espaços, cabe destacar o papel das entidades de apoio, pois, ainda que enfrentem vários obstáculos, cumprem um importante papel na socialização do conhecimento e assessoria dos grupos.

Na fala de um dos representantes do grupo de economia solidária entrevistados, é possível observar que a formação se desenvolve no próprio cotidiano do mundo da produção, em que o processo educativo articula-se à dinâmica de trabalho. Mas nas entrelinhas o entrevistado também sinaliza que a formação ainda é um problema vivenciado no grupo, e que dificulta a própria autogestão.

²³ Nesta perspectiva, temos uma vasta referência de estudiosos da área da educação e do trabalho, que desenvolvem análises pertinentes sobre essa relação trabalho/educação. Dentre outros, destacamos Frigotto, Gentili, Nosella, Arroyo, Manacorda, Kuenzer. Mas vale sinalizar, a partir de Frigotto, o papel da educação de base crítica em oposição ao papel da educação postulada pelo neoliberalismo. Neste sentido, para o autor, o conhecimento científico e a informação crítica são algo fundamental para as lutas da classe trabalhadora. E o senso comum e a opinião ou experiência acumulada por longo tempo de prática são considerados elementos importantes, mas insuficientes. Assim, Frigotto afirma que a nova realidade histórica demanda conhecimentos calcados na episteme – conhecimento crítico. Nessa perspectiva, o autor conclui que “A escola pública, unitária, numa perspectiva de formação *omnilateral* e *politécnica*, levando em conta as múltiplas necessidades do ser humano é o horizonte adequado do papel da educação na alternativa democrática ao neoliberalismo” (1995: 105).

“O debate de autogestão ele é contínuo, constante, aliás acontece o tempo todo, justamente pra gente dar conta de resolver isso. O tempo todo a gente faz assembleias periódicas, a gente tá sempre discutindo essas questões, está sempre falando dessa discussão. Porém, uma formação no sentido de você pensar um espaço eu diria que a gente não faz isso...” (Entrevistado do Grupo 09 – Cooperativa para a formação e qualificação de projetos sociais).

Para outros dois grupos, a formação é uma demanda, porém a dinâmica acelerada do ritmo de trabalho não tem possibilitado que o processo formativo seja priorizado nos espaços produtivos das unidades de economia solidária.

“A gente fala em se reunir, mas formação mesmo não dá para a grande maioria, por causa do trabalho. Só quando tem tempo. Mas isso faz muito tempo que a gente não faz, a gente tá devendo isso” (Entrevistado do Grupo 10 – Cooperativa para confecção de peças de vestuário).

“Às vezes a gente tem momentos de refletir, eles dão curso ensinando. As meninas lá do Fórum às vezes tem uma atividade lá, dão palestra, essas coisas assim. Aí quando tem chance de ir a gente vai. Mas quando tem muito trabalho, não” (Entrevistado do Grupo 04 – Associação para fabricação de produtos de limpeza).

Conforme nossa análise é possível afirmar que as condições objetivas da dinâmica do trabalho acelerado e da produtividade vivenciada por esses segmentos nas práticas de economia solidária não estão imunes às condições de trabalho impostas pela sociedade do capital, onde o trabalho é “priorizado” em detrimento do processo formativo. Entretanto, mesmo com essas dificuldades, não podemos desprezar os processos educativos informais que se constituem nas unidades de economia solidária pesquisadas, e aqueles espaços de formação organizados pelas entidades de apoio, como fundamentais para a sustentabilidade dessas atividades econômicas.

Como já mencionamos, a dificuldade desses segmentos manifestarem sua opinião nos processos decisórios das unidades produtivas, em grande parte, se expressa porque a maioria dos associados é oriunda dos segmentos mais pauperizados das classes subalternas com baixa escolaridade e qualificação profissional. Além de excluídos do mercado formal de trabalho, também foram excluídos do acesso à escola. Ao situar essas dificuldades enfrentadas pelos segmentos das classes subalternas, Tiriba esclarece que:

“Pensando os desafios da produção associada no contexto atual da crise estrutural do emprego, sabemos ser um dos limites impostos pela sociedade capitalista a não permissão do acesso da grande maioria dos trabalhadores aos conhecimentos filosóficos e científico-tecnológicos a respeito do mundo da produção, da cultura e da vida em sociedade. Afastando-nos de uma concepção iluminista, pensamos

que, mesmo atualmente vivendo na chamada ‘sociedade do conhecimento’, a educação não é e nunca foi a redentora da humanidade. O conhecimento, por si só, não é capaz de transformar a realidade e tampouco nos leva necessariamente a uma ‘sociedade opulenta’. Tampouco o acesso à escola é o que garante a possibilidade dos trabalhadores associados estruturarem uma nova forma de trabalho distante dos valores do capital. No entanto, não é possível deixar de considerar que a questão de cultura e educação e, mais especificamente, da socialização do conhecimento, tem-se convertido no ‘calcanhar de Aquiles’ dos empreendimentos gerenciados pelos trabalhadores” (Tiriba, 2001: 196).

É claro que um maior investimento na educação é extremamente importante, e deve possibilitar aos homens o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que se articulam com sua atividade produtiva, no sentido de atender às necessidades humanas. Mas o tipo de relação entre educação e trabalho que vislumbramos não é essa que historicamente vem subordinando o conhecimento humano aos desígnios do lucro, face às determinações da lógica capitalista. Noutra direção, vislumbra-se a relação educação/trabalho construída a partir da lógica das necessidades humanas, baseada em *“um projeto educativo que desenvolva as múltiplas dimensões do humano...”* (Frigotto, 1999: 105). A respeito da importância da formação, Filho esclarece que:

“A pedagogia, entendida como prática social e como movimento que articula saberes e conhecimentos, pode e deve ser um instrumento poderoso para que sejam elaboradas estratégias, as quais venham contribuir com a realização de novos modos de se produzir e construir novas relações na sociedade. Nessa perspectiva podem ser pensados novos horizontes para a formação de trabalhadores capazes de criar os necessários novos modos de produzir, de distribuir e de consumir bens e recursos, os quais poderão contribuir para alternativas do atual modelo sócio-econômico” (2004: 51).

A valorização dos saberes e conhecimentos produzidos pelos trabalhadores é extremamente importante para a construção de novos caminhos e alternativas que se contraponham ao atual padrão de acumulação. Entretanto, a consolidação de um projeto alternativo implica um longo caminho pela frente, mas não impossível. É nessa direção que acreditamos ser necessário potencializar os espaços democráticos que já acontecem na realidade brasileira, dentre eles os espaços da economia solidária. Para isso não há “receitas de bolo”, mas o caminho que compartilhamos com alguns estudiosos da área, entre eles, Tiriba, Frigotto e Santos, nos indica algumas pistas na análise das potencialidades dos diferentes espaços democráticos que emergem na sociedade brasileira. Por isso, neste estudo, o foco da economia solidária constrói-se na articulação das atividades econômicas ao caráter político dos processos educativos engendrados nessas unidades. Contudo, para que não caiam em práticas isoladas e sem expressão, o

desafio está na busca de caminhos que apontem para a articulação dessas atividades produtivas a movimentos sociais mais amplos.

Trata-se de um grande desafio, pois a pesquisa de campo mostrou que a articulação política entre as próprias unidades de economia solidária no Estado do Espírito Santo ainda é frágil. O espaço de maior articulação desses grupos é o Fórum de Economia Popular Solidária/FEPS. Porém das 281 unidades mapeadas no estado, somente 12 participaram mais efetivamente das plenárias realizadas em 2006. Portanto, a articulação do movimento da economia solidária com outros movimentos da sociedade civil revela-se um dos grandes desafios.

Contudo, cabe ressaltar que, embora incipiente, o acesso ao conhecimento e à formação, seja no campo formal ou informal, que os integrantes dos grupos de economia solidária passam a ter a partir da inserção nessas práticas, viabiliza avanços no campo da articulação política dessas práticas. Nesse aspecto, a mudança de valores e atitudes na perspectiva de uma leitura mais crítica da realidade, a busca de articulação e trocas de experiências entre os grupos de economia solidária, assim como o próprio sentimento de “fazer parte” desse mundo, face à tamanha exclusão social a que esses segmentos são submetidos, apontam de imediato para mudanças qualitativas dessas práticas.

Os resultados imediatos de corte educativo, seja através da valorização da auto-estima, seja da busca de práticas mais democráticas, com ênfase na cooperação e na solidariedade, embora marcados pelas determinações da lógica capitalista, são aspectos que conformam uma nova dimensão sócio-política importante a ser considerada. Mas é preciso avançar, articulando esses resultados ao campo dos valores extra-econômicos, aos movimentos sociais mais amplos da sociedade brasileira.

Caso contrário, como a realidade aponta, as práticas de economia solidária tenderão a ser facilmente subsumidas, como mais uma nova forma de assalariamento, à lógica do capital. Pois, como ressaltam Santos e Rodríguez, é preciso considerar que essas práticas não são apenas econômicas, *“o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos”* (2002: 64).

Num cenário marcado por dificuldades enfrentadas tanto pelas entidades de apoio quanto pelos grupos de economia solidária, importa também pensar que significado o trabalho, nessas práticas, passa a ter para esses segmentos.

5.5.

O significado do trabalho para os grupos de Economia solidária

Na contemporaneidade vivenciamos um momento histórico de profunda degradação das relações de trabalho. As atuais tendências do capitalismo de desregulamentação e flexibilização das relações sociais de trabalho, a partir de novas modalidades de assalariamento, como o trabalho temporário, o trabalho por tempo determinado, o trabalho por tempo parcial, tem colocado a classe-que-vive-do-trabalho numa situação de extrema fragilidade econômica e político-organizativa. Como já mencionamos, na literatura crítica aponta-se que essas novas modalidades de assalariamento caracterizam-se como trabalho atípico, definido por Vassapollo²⁴ (2005) também como uma das formas de enfrentamento do capitalismo à sua crise.

Sem dúvida, na contemporaneidade esse quadro resulta do binômio da acumulação flexível/projeto neoliberal, que tem se efetivado na superexploração do trabalho: horas de trabalho levadas ao extremo, precarização de suas condições, redução e/ou extinção das garantias trabalhistas através da flexibilização dos contratos. Enfim, vivemos um cenário em que uma série de mecanismos são acionados pelo capital e, como vimos no capítulo 2, têm levado ao extremo os níveis de pobreza e de desigualdade social.

É nesse contexto que o desenvolvimento do trabalho se forja na temporalidade do capital, onde o que prevalece são as relações sociais que giram em torno do acúmulo de mercadorias. O modo de produção capitalista, ao universalizar a relação mercantil, transforma tudo em mercadoria: relações pessoais, sonhos, enfim a satisfação de qualquer necessidade dos homens passa a ser mercantilizada (Mészáros, 2005). Como se fossem objetos literalmente manipulados pelo capital, as relações sociais estabelecidas entre os seres sociais tornam-se relações entre coisas.

Num cenário em que uma massa de indivíduos é excluída do mercado de trabalho, e que muitos ficam anos sem emprego, sem nenhuma renda e sem perspectiva de trabalho, a

²⁴ A especialização flexível, com a introdução das novas formas de produzir e gerir o trabalho, faz nascer "os novos tipos de trabalho, caracterizados pela atipicidade e que oferecem uma área de trabalho não mais vinculada às categorias tradicionais de dependência e de autonomia. (...) Surgem, assim, as prestações de serviço, com aumento das jornadas atípicas, flexíveis, que configuram não apenas as novas modalidades de trabalho, mas também a precariedade de toda uma forma de vida, em um contexto de domínio social flexível" (Vasapollo, 2005: 99).

inserção nas práticas de economia solidária aparece primeiramente como uma estratégia de sobrevivência para aqueles que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho formal.

Sem ignorar a estrutura dominante do capital, determinante para o ressurgimento dessas práticas nos anos 1990, percebemos que, para as classes subalternas alijadas do direito ao trabalho, assim como de vários direitos sociais, há uma expectativa de que nas práticas de economia solidária desenvolva-se um novo sentido do trabalho, conseqüentemente da própria vida.

“A gente gosta do que faz. A gente tem prazer, a gente não tá lá só pela renda, porque não é todo mundo que tem renda. A gente faz porque sente prazer, porque se fosse pela questão da renda todo mundo já tinha desistido, e todo mundo tá perseverando lá” (Entrevistado do Grupo 04 – Associação para fabricação de produtos de limpeza).

“O que a gente vê no grupo é que o trabalho, ele é fundamental para o ser humano, ele levanta a autoestima. A pessoa trabalha também pra ter uma vida melhor, pra ter uma condição de sobrevivência melhor. A gente trabalha porque o trabalho dignifica o homem. Quando ele tá fazendo alguma coisa, quando ele tá produtivo ele tá mais saudável. Eu acho que o trabalho é o complemento do homem” (Entrevistado do grupo 03 – Cooperativa de mulheres para confecção de bolsas e acessórios).

“Pra gente o trabalho significa muito. A gente tem esse lado solidário, coletivo que nós sempre estamos buscando, participando das feiras, participando das trocas. Esse lado é muito legal e cada vez você vai aprendendo mais e mais. Vai buscando mais e mais. E o que a gente tira são os valores éticos de solidariedade e coletividade. Só em poder ter aquele trabalho ali pra fazer, participar, pegar e vender. Você vê aquilo que você fez, você não tem padrão. Aquilo é seu, você está colocando lá pra comercializar pra você. Não é pra ninguém, é pra você, entendeu? Todas nós quando colocamos alguma coisa ali, vai uma certa medida de carinho, não só pensando em dinheiro. Mas a gente tem uma preocupação com o meio ambiente, porque a gente trabalha com o resto da lycra. E saem bolsas muito lindas. Aquilo que o cara da fábrica vai jogar fora, nós vamos lá, pegamos e criamos. Nós seres humanos precisamos preservar o meio ambiente. Se o dono da fábrica não tivesse pra quem dar a lycra, ele ia jogar no lixo. E ia ser anos e anos para aquilo se decompor. Se cada um fizer a sua parte eu acho que o mundo seria maravilhoso” (Entrevistado do Grupo 01 – Grupo de produção de roupas íntimas).

Em outro depoimento, o trabalho é possibilidade de renda, ainda que não seja suficiente para o sustento dos trabalhadores. E ao mesmo tempo se traduz numa expectativa de vivência de relações mais solidárias com as pessoas, a partir de princípios que partem de um sentido mais humanizador no trabalho.

“Hoje o trabalho é uma forma de complementação de renda, ainda não é uma forma de se auto-sustentar, ainda é uma atividade de complementariedade. E eu espero que não somente no grupo, mas que todos os grupos que estão trabalhando com os conceitos da economia solidária, que eles passem para todos os seus integrantes a verdadeira importância dessa questão. Que não fique só para alguns o conhecimento da economia solidária, precisa repassar para todo o grupo. Também acho que seria interessante que todos tivessem o interesse em estar se inserindo nessas atividades. Pois ajuda muito a própria relação de crescimento pessoal a gente conviver com outras pessoas de forma solidária, ajuda muito...” (Entrevistado do grupo 08 – Grupo de produção de atividades artísticas – teatro e artesanato).

Apesar dos trabalhadores não descartarem a possibilidade de obter renda, para todos os entrevistados, o trabalho nas unidades produtivas de economia solidária tem o significado de um projeto de vida. Os grupos têm uma expectativa de que o trabalho nas cooperativas, além da viabilidade econômica, traga também como possibilidade a capacidade de criação e a realização dos homens através de uma outra relação de trabalho. Nesta perspectiva, mais uma vez a sociabilidade humana é sinalizada pelos entrevistados como uma intencionalidade nas práticas de economia solidária, a partir de um novo sentido do trabalho.

“O trabalho para suprir nossa necessidade é fundamental. A gente quer o sustento, mas quer qualidade de vida. O grupo em si tá ali, tem o sustento né? Mas como é um projeto de vida a gente quer mais do que isso. A gente não quer trabalhar ali só pra ter a sua renda no final do mês. A gente quer chegar ainda nesse sonho de ter uma vida digna de ter prazer, de fazer e não só pensar no dinheiro. Só que, é claro, o que motiva ali é a produção e ter a renda. Mas aí junto com isso vem esse sonho nosso, né? Que é um projeto que o grupo tem. Então a gente quer puxar do restante essa motivação maior. Não só pra trabalhar pra ter o seu dinheiro, é ter qualidade de vida, satisfação no que faz entendeu?” (Entrevistado do Grupo 10 – Cooperativa de confecção de peças de vestuário).

“O grande lance da cooperativa é a nossa capacidade criativa. Por exemplo: para parte do grupo é aonde a gente mais valoriza a execução desse trabalho. É a parte mais prazerosa, é o fato de você poder pesquisar, criar conhecimento novo, aplicar esse conhecimento novo nos grupos que a gente tá atuando. E a gente percebe que para as pessoas esse é o significado principal. Aí é claro que também vem junto a questão da remuneração adequada. Esse processo que é um processo trabalhoso e caro pro grupo” (Entrevistado do Grupo 09 – Cooperativa para formação e qualificação de projetos sociais).

“A gente vê que vale à pena continuar esse trabalho. Porque aqui a gente faz um trabalho digno e sem exploração. Tem pessoas que receberam propostas para trabalhar em outros lugares com carteira assinada. Acho que a maioria recebeu proposta, onde ganhariam mais do que se estivessem aqui. Uns foram outros ficaram. Teve uns dois que foram e um chegou pra gente e falou: ‘Eu não sei porque eu fui inventar de sair daqui. Poxa a gente tinha mês que realmente a gente não tirava nada. Mas só que eu tinha como levar um peixe pra

casa, levar comida, e é um momento. Mas eu me sentia como uma pessoa que tinha dignidade, que eu tinha valor. Eu fui inventar de sair daqui porque eles me ofereciam mais.’ Quando chegou ele disse que trabalhava dia e noite, e no fim do mês ele tava morto de cansaço e não valia à pena o dinheiro que ele tinha. Então a gente vai vendo que são coisas significativas” (Entrevistado do Grupo 02 – Cooperativa de Pesca).

Não podemos negar que, do ponto de vista dos sujeitos entrevistados, as experiências vivenciadas a partir da inserção nas práticas de economia solidária têm importante significado. Embora os aspectos extra-econômicos sejam os resultados mais percebidos, os entrevistados ressaltam a importância da viabilidade econômica como um objetivo a ser alcançado nessas unidades.

Neste aspecto, Barbosa, ao analisar a sociabilidade do trabalho na economia solidária, chama atenção para a abordagem que tende a se concentrar nos *“discursos essencialmente valorativos, sem deixar entrever com maior distinção as características socioinstitucionais dessas práticas econômicas e sua inserção na totalidade social”*. (2007: 89).

Com o cuidado de não superdimensionar as potencialidades dessas experiências, entre outras, isoladas, que se constituem na realidade brasileira, assim como sem perder de vista o caráter estrutural que as vincula à atual lógica capitalista, em que novas modalidades de assalariamento estão subordinadas ao capital, a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos entrevistados aponta para uma forma que objetiva alcançar renda, através do estabelecimento de relações sociais, culturais e políticas, mais humanizadas. Cabe, contudo problematizar essas relações no sentido de compreender as potencialidades dos processos educativos que as conformam.

Neste aspecto, é necessário considerar nessas atividades produtivas os processos educativos informais que lhes são inerentes. Mas de que tipo de relação entre educação e trabalho estamos falando nessas unidades? Trata-se de uma relação que parte da práxis como atividade humana, enquanto atividade teórico-prática que toma o trabalho como fundamento e princípio educativo do desenvolvimento humano. Assim, por processos educativos informais entendemos os processos que extrapolam o ensino formal determinado pela lógica do capital, e que se desenvolvem nos vários espaços da vida humana, dentre outros, no trabalho, na família, na comunidade.

Para contribuir nesta análise nos apoiamos em Mészáros (2005) sobre a abordagem da práxis educativa emancipadora. O caminho que o autor propõe para superar a alienação do trabalho através da concepção da educação continuada parte de dois conceitos principais: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora²⁵. A idéia de universalizar o trabalho e a educação em sua indissociabilidade aparece como proposta para a efetivação da transformação social através de mudanças radicais que têm como horizonte a construção de uma sociabilidade humana.

De imediato, um dos desafios no campo da economia solidária está na necessidade de geração de renda associada ao fortalecimento da dimensão educativa, dando caráter político a essas práticas. Nessa perspectiva, é fundamental politizar os resultados constatados no campo dos valores extra-econômicos, para que não se reduzam a “mera apologia de alternativas anti-capitalistas”, sem consistência e dissociadas do universo das relações sociais capitalistas. Essa observação exige a reflexão de que, além da luta mais imediata pela viabilidade econômica²⁶ que essas práticas, cotidianamente enfrentam, é necessário compreender a economia solidária articulada aos movimentos sociais mais amplos, no sentido de que possamos dar um salto na luta para a construção de uma outra sociedade. Assim,

“O desafio que se coloca para ‘a outra economia’ é reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, importância, dada pelas dimensões libertárias ou opressoras. Não basta ter orçamento participativo, empoderamento da associação de bairro, uma intensa vida cultural emancipadora e continuar submetido ao trabalho repetitivo, desprovido de sentido, alienado, explorado, seja ele executado na empresa capitalista padrão ou nas formas institucionais alternativas. Da mesma forma, o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfiam à auto-exploração” (Cattani, 2003: 12).

O que está em jogo é a luta por uma nova sociabilidade, em que é preciso refletir sobre o fortalecimento do caráter político da organização de grupos e movimentos sociais que

²⁵ Meszáros traz uma contribuição com a análise do que foi a experiência de Cuba ao implementar essas medidas. Mesmo com todos os problemas vivenciados por este país, frente ao bloqueio cruel dos Estados Unidos, é importante registrar o significado da universalização da educação para a melhoria da vida dos cubanos. A este respeito ver Meszáros (2005).

²⁶ Conforme reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo – 22 de julho de 2007: “Economia solidária move mais de R\$ 6 bi”, os dados declarados no mapeamento sobre essa questão da viabilidade econômica das unidades produtivas não são alentadores. Das cerca de 19 mil unidades produtivas mapeadas, “quase metade dos empreendimentos declara que o faturamento verificado no ano passado foi insuficiente para pagar as despesas”.

emergem no cenário brasileiro. Acreditamos que os caminhos para a construção de um projeto comum de transformação social passa pela difusão dos processos educativos informais que o coletivo dos trabalhadores constitui na contemporaneidade brasileira, e onde se incluem também as práticas de economia solidária.

Neste sentido, os processos de trabalho nas unidades produtivas de economia solidária, mesmo na diversidade com que se expressam, têm apontado para resultados significativos dos processos educativos que essas práticas constituem. Por isso acreditamos que o sucesso desses resultados de caráter educativo dependerá da articulação política junto aos grupos e movimentos sociais que emergem na realidade brasileira e sinalizam para a constituição de uma nova sociabilidade²⁷. É neste caminho que nos apoiamos em Mészáros (2005) para sustentar nossa tese de que os processos de aprendizagem que se constituem nas práticas produtivas de economia solidária, se potencializados e articulados a outros movimentos sociais, podem contribuir para a construção de elementos na direção de uma nova sociabilidade.

5.6.

Processos educativos: particularidade nas práticas de Economia Solidária

Então, de que processo educativo estamos falando? E como este processo pode potencializar as práticas de economia solidária na construção de novos sentidos do trabalho? Para responder a essas questões, a concepção da educação continuada desenvolvida por Mészáros (2005) nos dá algumas pistas importantes.

Na mesma medida que a realidade, os processos educativos também são marcados por contradições. Historicamente os processos educativos nas sociedades capitalistas estão mais relacionados à manutenção da ordem societal através dos processos formais de ensino, que têm como horizonte as demandas do capital. Mas, ao mesmo tempo, é preciso considerar que os processos educativos se revelam também nos processos de resistência dos sujeitos sociais, através da luta por mudanças. Sem dúvida, “... a *dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção*

²⁷ Se não lutarmos por mudanças radicais em oposição à estrutura vigente do capital, seremos presas fáceis de reformas superficiais que não atendem às necessidades da grande maioria da humanidade. Pois, sem dúvida, na contemporaneidade, as mudanças societárias são cotidianamente implementadas através de estratégias reformistas que tentam “*minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas*” (Mészáros, 2005: 62).

de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da ‘manutenção e/ou mudança’...” (Meszáros, 2005: 50).

Apostando na linha da mudança radical do atual processo histórico da ordem capitalista, Meszáros (2005) toma como base teórica e política o marxismo, e defende a importância estratégica da concepção ampliada de educação. Ao desenvolver a análise da educação para além do capital, Meszáros considera que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. A partir dessa reflexão há uma simultaneidade entre os processos econômicos, políticos e culturais.

No estudo em questão, apesar de compreendermos que no plano imediato a retomada das cooperativas no cenário brasileiro significa linha de manutenção da ordem capitalista diante da reestruturação produtiva, concomitantemente, no plano mediato a pesquisa de campo nas unidades de economia solidária revela, embora embrionários, processos educativos na linha de mudança.

Sob essa perspectiva partimos do pressuposto de que a reflexão dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária envolve a compreensão dessas atividades econômicas também no campo sócio-educativo. Sob essa perspectiva, a pesquisa de campo revela que essas atividades incidem, no plano da mudança de valores e comportamentos, numa perspectiva mais crítica que aquela que esses sujeitos anteriormente incorporavam.

Esta abordagem é fundamental como base de sustentação de nossa argumentação que envolve a análise ampliada da relação educação/ trabalho nas práticas de economia solidária. É neste horizonte que entendemos ser tarefa primordial refletir sobre a possibilidade de mudanças a partir da unidade entre educação e trabalho nos diferentes espaços da vida cotidiana, dentre eles na particularidade que o processo educativo assume nas unidades de economia solidária.

Nesta direção, resgatamos em Tiriba (2001: 213) a idéia de que, como dimensão educativa, compreendem-se as práticas de trabalho, como também os aspectos do processo de socialização e produção de conhecimentos e valores, que possam ser considerados “bons” para garantir a viabilidade econômica da unidade produtiva e/ou fortalecimento da colaboração, cooperação, solidariedade. Entretanto, como já mencionamos, do educativo também fazem parte as práticas que são “deseducativas” – ou seja, aquelas que fortalecem os processos em que os segredos da gestão ficam em

mãos de poucos, estimulam o egoísmo individual ou o egoísmo coletivo. Desse ponto de vista, os processos educativos extrapolam os espaços educativos formais e são marcados pelas contradições determinadas tanto pelos mecanismos de manutenção quanto pelos de mudança da ordem vigente. Assim, na contemporaneidade, é fundamental compreender os dois projetos societários que se confrontam: o da sociabilidade do capital e o da sociabilidade emancipatória.

Os processos educativos que se constituem nas ambigüidades das práticas de economia solidária não estão isolados desse contexto social mais amplo, diante da ofensiva neoliberal sobre o mundo do trabalho. Porém, num processo marcado por contradições diante dos dois projetos societários distintos, o que se buscou mostrar até aqui é que também os sujeitos sociais da economia solidária buscam encontrar novos sentidos para o trabalho e para a vida, ainda que essas práticas se configurem de imediato como estratégia de sobrevivência diante do desemprego. Contudo, cabe ressaltar que a análise empreendida aqui sobre as potencialidades desses espaços das práticas de economia solidária não coloca em dúvida a centralidade da relação capital/trabalho como contradição fundamental da sociedade contemporânea.

Mas como vimos, no plano mediato, as práticas de economia solidária também sugerem a construção de novas relações de trabalho, o que buscamos analisar com bastante cautela, diante do atual contexto histórico de precarização das relações sociais de trabalho. No entanto, esse cuidado não inviabiliza esta reflexão, que toma por base as potencialidades dos resultados extra-econômicos, constatados nas unidades produtivas pesquisadas, a partir da relação ampliada entre educação e trabalho.

Apesar de no plano mediato a heterogeneidade das unidades produtivas de economia solidária pesquisadas mostrar que a construção de novos sentidos do trabalho configura-se como uma utopia distante dessas práticas concretas, compartilhamos com a idéia de que, conforme Mészáros, para que os novos sentidos do trabalho sejam construídos:

“... temos que reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical. Isso não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de *internalização*, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal” (2005: 55) (*grifos do autor*).

Tendo em vista as atuais mudanças societárias sob a lógica do capital, pensar a educação na perspectiva acima impõe uma mudança radical em toda a estrutura do

sistema vigente. O que, com certeza não caberá a um movimento específico, como a economia solidária, mas, nos termos gramscianos, a toda a sociedade civil organizada.

Entretanto, é importante compreender que, no atual contexto da globalização neoliberal, o desenvolvimento das forças produtivas através da premissa da centralidade da lógica do mercado, da competitividade e do individualismo captura a subjetividade dos trabalhadores, impondo cada vez mais a esses segmentos, um tipo de educação que se dissocia das suas potencialidades reivindicativas. E isto, de certa forma, também incide sobre os trabalhadores nas práticas de economia solidária, na medida em que não estão imunes às determinações do capitalismo.

A atual fragilidade de organização participativa dos trabalhadores nas unidades de economia solidária pesquisadas se inscreve nessa tendência de captura das formas de ser e pensar dos trabalhadores (Antunes, 1995). Diante das atuais mudanças no mundo do trabalho, em geral, também esses trabalhadores são capturados pela lógica do mercado e, conseqüentemente, a reproduzem.

A constatação da fragilidade participacionista dos grupos pesquisados revela a necessidade de reflexão sobre os resultados extra-econômicos, como elemento importante para a organização e mobilização desses segmentos, no sentido de contribuir para contemplar as necessidades econômicas, assim como também articular a construção de processos de participação política mais democráticos. Por isso é preciso considerar que as práticas participativas que se desenvolvem nas unidades de economia solidária pesquisadas também trazem um potencial para interferir e modificar a realidade dos trabalhadores que nelas se inserem. Porém, esta análise não está descolada do contexto histórico social mais amplo da realidade brasileira. Nesse sentido, compreendemos que *“os espaços de negociação na arena democrática, espaço contraditório e conflituoso, precisam ser assumidos pela sociedade civil, para que o exercício da cidadania, se faça presente”* (Cardoso: 12º CBAS, 2007).

Neste aspecto, um dos pontos que ressaltamos como fundamental nesta tese é a compreensão da educação enquanto processo de construção das reais necessidades humanas, em sua relação indissolúvel com o trabalho. Conforme Mészáros (2005), trata-se de um desafio sem paralelos no atual contexto histórico da sociedade capitalista. Pois, para que essa relação se efetive, é preciso pensar uma radical mudança da estrutura da sociedade vigente em sintonia com as necessidades humanas.

Para o enfrentamento deste desafio de constituição de uma transformação social ampla e emancipadora, Meszáros (2005) sinaliza a articulação indissociável entre trabalho e educação, na constituição de processos educativos formais e informais, para além do capital. Porém, como o próprio autor menciona, isso exige uma tarefa que não tem paralelos na história. Nessa perspectiva, concordamos com Meszáros (2005) sobre o papel soberano da educação na construção de novas práticas,

“... tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida ‘sociedade de produtores livremente associados’. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a ‘efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho’ seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional” (ibidem: 65).

A abordagem indissociável entre a educação e o trabalho, proposta aqui, é totalmente diferenciada da abordagem que historicamente vem sendo implementada na realidade brasileira. Na abordagem do capital a educação é restrita à educação formal, subordinada ao desenvolvimento das forças produtivas.

Já a concepção ampla de educação, que aqui não se identifica com a educação formal, manipulada e controlada pela estrutura do capital, se contrapõe à abordagem elitista reformista marcada por “reparos institucionais formais”²⁸ que prevalecem na atual estrutura política, social, econômica e cultural da realidade brasileira. Trata-se de uma concepção de educação que se volta para uma mudança radical, *“proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital”* (ibidem: 48).

Para Meszáros, a importância estratégica da concepção ampla de educação está expressa na frase de Gramsci: “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Nessa perspectiva, a concepção de educação continuada é fundamental para a construção de novas práticas. Pois ela parte de processos de aprendizagem contínuos que se desenvolvem também fora das instituições educacionais formais, historicamente

²⁸ “A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem defeitos específicos, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um sistema alternativo possam ser articuladas. Isso é factível somente numa teoria tendenciosamente fictícia, uma vez que as soluções preconizadas, ‘as reformas’, na prática são estruturalmente irrealizáveis dentro da estrutura estabelecida de sociedade” (...) “Pois os defeitos específicos do capitalismo não podem sequer ser observados superficialmente, quanto mais ser realmente resolvidos sem que se faça referência ao sistema como um todo, que necessariamente os produz e constantemente os reproduz” (Meszáros, 2005: 62).

carregadas pela ideologia do capital. Na educação continuada, os processos de aprendizagem são considerados também a partir das diversas experiências que os sujeitos sociais cotidianamente vivenciam, nos vários espaços da vida social, seja na escola, no trabalho, na família, na comunidade, nas associações de moradores, assim como também nos espaços das unidades produtivas de economia solidária.

É neste aspecto, que estamos insistentemente traçando um paralelo sobre a indissociabilidade entre educação e trabalho na perspectiva ampliada, com os resultados extra-econômicos constatados na pesquisa de campo junto às 10 unidades produtivas de economia solidária. Pois nos espaços onde se constituem essas atividades a dimensão educativa revela resultados que têm sustentado esses grupos a permanecer no desenvolvimento das atividades produtivas.

A dimensão educativa nos processos de trabalho dessas práticas faz emergir, nos grupos entrevistados, o fortalecimento da consciência crítica e política. Entretanto, a questão que se coloca é avaliar a contribuição da dimensão educativa no desenvolvimento da capacidade de organização política desses segmentos, que aponte a viabilidade econômica dessas práticas, em conformidade com as necessidades humanas, mas que também considere num horizonte mais amplo, a constituição de uma nova sociabilidade.

Por isso, quando se parte da reflexão da indissociabilidade entre educação e trabalho nos grupos de economia solidária, a perspectiva da educação continuada pode apontar um dos caminhos possíveis para a superação de alguns limites vivenciados, também, nas unidades produtivas de economia solidária. Essa concepção de educação²⁹, no sentido abrangente, torna-se um dos importantes instrumentos de transformação social. Entretanto é preciso ter clareza de que essa mudança radical dependerá principalmente da força política de articulação entre os projetos políticos emancipatórios que se manifestam na contemporaneidade.

Na direção da construção de um projeto que visa à transformação social, um primeiro passo apontado por Meszáros volta-se para a *“necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se opõe, e pela sua própria natureza deve se opor, a qualquer idéia de uma reestruturação mais ampla da sociedade”* (2005: 61). A perspectiva de manter a negação ao sistema estruturante do capitalismo visa a impedir a fragilização dos sujeitos sociais, diante das soluções reformistas implementadas pela lógica do

²⁹ Como mencionamos, não queremos aqui dar uma dimensão salvadora à educação. Por isso vale ressaltar que a educação é um dos instrumentos para a construção do processo de transformação social.

capital, que apenas minimizam seus efeitos perversos sem, contudo, promover as mudanças essenciais que visam à satisfação das necessidades das classes trabalhadoras.

Aqui está um dos grandes riscos das práticas de economia solidária e que tem sido objeto de críticas contundentes (Tavares, Antunes, Barbosa, entre outros), frente à atual tendência neoliberal de substituição do típico trabalho assalariado pelas atividades que se desenvolvem no campo da informalidade, como por exemplo, as práticas de economia solidária.

Ao serem incorporadas pelos governos, as práticas de economia solidária têm forte tendência de ficarem reduzidas a medidas paliativas que minimizam os conflitos sociais, deslocando o problema do desemprego gerado pelas relações capital/trabalho, para medidas que acentuam ainda mais a precarização do trabalho.

Nessa discussão, apesar de termos pontuado no capítulo 3, que a criação da SENAES é fruto de reivindicações de grupos populares, que desde o primeiro Fórum Social Mundial exigem o reconhecimento da economia solidária pelo governo, é importante destacar que, desde a criação da SENAES em 2003, pouco se avançou na efetivação de políticas públicas nesta área. Nossa participação nos fóruns de articulação política dos grupos de economia solidária no estado do Espírito Santo indica que, apesar dos avanços da participação desses segmentos, ainda é muito frágil o potencial reivindicativo desses grupos. Entre outros elementos, acreditamos que isso ocorre devido à absorção dessas práticas pelo atual governo federal através da criação da SENAES. Pois as medidas aprovadas pelos últimos governos para “enfrentar” o desemprego flexibilizam as formas de contratação da força de trabalho - terceirizações, contrato temporário e, com a criação da SENAES, o incentivo à formação das cooperativas populares. Com essas medidas há uma indução para a criação dos grupos de economia solidária, pelas diversas esferas de governo e entidades sociais. Ponto este que pode contribuir para que essas práticas representem mais um braço do poder reformista do estado.

Sob essa perspectiva, as contribuições de Meszáros (2005) nos mostram que o discurso reformista tem como objetivo minar as reivindicações de um sistema alternativo. Por isso Meszáros destaca a importância da manutenção do “estado político hostil” dos movimentos reivindicativos, que visa a suscitar a indignação das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, apontar para a busca da mudança radical da estrutura da sociedade

capitalista, a partir da participação e organização consciente e crítica dos sujeitos sociais³⁰ na realidade social (ibidem).

Neste cenário é preciso refletir sobre as parcerias e articulações entre as unidades de economia solidária e as organizações governamentais e não governamentais, entidades privadas e filantrópicas, diante da tendência neoliberal, que aparecem como instâncias de cooperação, de solidariedade, numa perspectiva que esconde a arena de lutas e conflitos sociais de classe.

Como vem sendo afirmado nesta tese, não se pode negar, mesmo diante das limitações estruturais da ofensiva neoliberal, que as unidades produtivas de economia solidária têm produzido um saber, um conhecimento que parte da cultura popular, e que tem trazido mudanças de valores e de concepção de mundo. A compreensão dessa dimensão sócio-educativa que se conforma nas unidades pesquisadas, coloca o desafio de se refletir sobre o alcance político das articulações com os movimentos sociais mais amplos que acontecem na realidade

brasileira. A articulação com outros movimentos sociais sugere aumentar a capacidade de organização e mobilização desses segmentos. Isto nos faz lembrar o caminho traçado por Gramsci: *“a politização dos subjugados e a auto-educação a partir do mundo da produção”* (Semeraro, 2004: 270), como estratégia para construção de novas relações sociais.

Não obstante, a compreensão da educação continuada no sentido de valorizar e potencializar a aprendizagem que se desenvolve nos diversos espaços da vida cotidiana – dentre eles no das unidades de economia solidária – sugere contrapor o papel que a educação vem desempenhando no atual contexto da sociedade do capital. Isso não significa conferir à economia solidária o potencial de transformação social, mas sim o papel que a concepção da educação continuada³¹, proposta por Mészáros, pode desempenhar, também nos grupos de economia solidária.

³⁰ Cabe esclarecer que, sob essa perspectiva, tomamos como base as idéias de Thompson (1981) ao resgatar a relação entre a experiência dos sujeitos sociais e a determinação da estrutura, visto que as experiências são estruturadas segundo classes. Portanto um terreno marcado por contradições, *“de luta entre valores e visões de vida alternativos”* (ibidem: 194).

³¹ Na educação continuada, Meszáros propõe a superação do capital pelo próprio trabalho. Para ele *“pelo próprio trabalho, é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser.”* (2005: 60).

Entretanto, a indissociabilidade entre o trabalho e a educação, proposta por Meszáros (2005), só poderá constituir-se numa ordem social qualitativamente diferente da que atualmente vivenciamos. Embora desafiadora, as reflexões do autor nos sugerem um campo de possibilidades de construção de alternativas em oposição ao ideário neoliberal. Assim, vale resgatar nas palavras de Mészáros os elementos para compreensão do caminho que conduz a essa nova ordem emancipadora:

“Uma concepção oposta e efetivamente articulada numa educação *para além do capital* não pode ser confinada a um limitado número de anos na vida dos indivíduos, mas, devido a suas funções radicalmente mudadas, abarca-os a todos. A ‘auto-educação de iguais’ e a ‘autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra. A autogestão – pelos produtores livremente associados – das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento *progressivo* – e inevitavelmente em *mudança*. O mesmo vale para as práticas educacionais que habilitem o indivíduo a realizar essas funções na medida em que sejam redefinidas por eles próprios, de acordo com os requisitos em mudança dos quais eles são agentes ativos. A educação, nesse sentido, é verdadeiramente uma *educação continuada*. Não pode ser ‘vocacional’ (o que em nossas sociedades significa o confinamento das pessoas envolvidas a funções utilitaristas estreitamente predeterminadas, privadas de qualquer poder decisório), tampouco ‘geral’ (que deve ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as ‘habilidades do pensamento’). Essas noções são arrogantes presunções de uma concepção baseada numa totalmente insustentável separação das dimensões prática e estratégica. Portanto, a ‘educação continuada’, como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da *autogestão*” (ibidem: 75).

A perspectiva da educação continuada, enquanto um processo de aprendizagem que se desenvolve nos vários espaços da vida cotidiana, associada à prática da autogestão através da intervenção consciente, impõe e exige o desenvolvimento da conscientização crítica. Conseqüentemente abrange a dimensão política, econômica, social, cultural e educacional³². Esse caminho pode contribuir para a reflexão do controle consciente, pelas classes subalternas, dos processos sociais que se gestam na sociedade. Conseqüentemente, entendemos que a concepção da educação continuada pode ser um instrumento essencial no aprofundamento da conscientização crítica e política dos processos de trabalho que se constituem, também, nas práticas de economia solidária.

Embora o atual momento histórico seja adverso a essa concepção abrangente da relação educação/trabalho, vislumbramos nos espaços da economia solidária uma arena de tensão marcada por relações conflituosas, mas que sugerem potencialidades, ainda

³² Dentro da atual concepção da educação formal, marcada por limites que fetichizam e alienam cada vez mais as relações sociais vigentes definidas pela sociabilidade do capital, a proposta de mudança radical parece ser impossível. Portanto, “*mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social*” (Mészáros, 2005: 59).

que embrionárias, na constituição de elementos que podem contribuir para a construção de uma nova sociabilidade.

E embora as práticas de economia solidária tenham forte componente de iniciativas governamentais direcionadas para minimizar os conflitos de classe através da captura de práticas sociais que buscam se contrapor à lógica dominante, como vimos em Paoli e Telles (2002), não é possível desconsiderar a retomada, na cena política da realidade brasileira, da organização de grupos e movimentos sociais que buscam se colocar na contramão da lógica dominante. E que sinalizam para a necessidade da constituição de uma sociabilidade mais democrática.

No próprio movimento da economia solidária é possível observarmos essa dupla contradição, enquanto fruto de articulação política e de resistência dos segmentos subalternos, mas também enquanto prática que se inscreve no âmbito da flexibilização das relações de trabalho, no contexto da ofensiva neoliberal.

Mesmo diante da multiplicidade de questões circunscritas ao tema da economia solidária, não achamos que o caminho está perdido para essas práticas que se propõem na perspectiva emancipatória do trabalho. Por isso a análise crítica da incorporação da concepção da educação continuada, pelos grupos e movimentos que se organizam na perspectiva de uma sociabilidade democrática, pode contribuir para a construção de novas práticas sociais em conformidade primeira com a satisfação das necessidades humanas.

No entanto, trata-se de um desafio sem paralelos a reflexão e construção da educação continuada em nosso país. Pois compreendemos que essa direção proposta por Mészáros (2005) significa romper com uma herança histórica brasileira, onde a concepção (educação) e a execução (trabalho) aparecem como dois momentos distintos e diferentes no cotidiano da maioria das classes subalternas.

É neste sentido que, ao buscarmos refletir sobre as potencialidades “emancipatórias” dos processos de trabalho nas unidades de economia solidária, a hipótese central desta tese confirma que, embora predominantemente determinadas pela lógica da ofensiva neoliberal sobre o mundo do trabalho, nos espaços coletivos das práticas produtivas de economia solidária constitui-se uma dimensão educativa que conforma novas possibilidades para os segmentos das classes subalternas. Entretanto esse processo exige a todo momento o desafio da reflexão sobre dois elementos centrais: o primeiro,

que se refere à indissociabilidade entre educação e trabalho numa perspectiva ampliada, e o segundo, que coloca a necessidade do exercício constante da articulação entre os grupos de economia solidária, e desses grupos com outros movimentos sociais que acontecem na realidade brasileira.